

O crédito dos 20 mil florins de ouro do rei D. João I e do infante D. Pedro no “Monte do Comum” de Florença

The credit of 20 thousand gold florins from King D. João I and Infante D. Pedro in the “Monte do Comum” of Florence¹

Saul António Gomes
Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
saulgomes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7188-610X>

Texto recebido em / Text submitted on: 05/03/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 07/06/2024

Abstract

This article contextualizes and documents, publishing the sources, which are among the documentary collections of the estate of the House of Clèves held by the State Archives of the Department of Rhineland, North-Westphalia, the credit contract, for 20 thousand gold guilders, signed by king João I of Portugal, in 1409-10, with “Monte Commune” in the city of Florence. Donated in 1414 to Infante Pedro, duke of Coimbra, the administration of this credit by this Infante and his children and heirs throughout the 15th century is also elucidated.

Keywords: King João I; Duke of Coimbra; Florence; Credit; 15th century.

Resumo

Este artigo contextualiza e documenta, publicando as respetivas fontes, que se encontram entre os acervos documentais do espólio da Casa de Clèves custodiadas pelos Arquivos do Estado do Departamento da Renânia, do Norte-Vestfália, o contrato de crédito, sobre 20 mil florins de ouro, assinado por D. João I, em 1409-10, com o Monte do Comum da cidade de Florença. Doado, em 1414, ao infante D. Pedro, elucidada-se, ainda, a administração deste crédito pelo infante das Sete Partidas e os seus filhos e herdeiros ao longo do século XV.

Palavras-chave: D. João I; Duque de Coimbra; Florença; Crédito; Século XV.

¹ O autor agradece, muito penhoradamente, ao Dr. Pedro Pinto, do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, a comunicação e demais esforços de reprodução, junto dos arquivos custodiais, dos documentos latinos que se editam no presente estudo.

1.

Os reis de Portugal, já Fernão Lopes o escrevia claramente, acumularam grandes somas de prata, ouro e riquezas nos seus palácios e torres guardiãs de tesouros. As suas políticas económicas, criando e protegendo centros urbanos, fomentando feiras e comércio, interno e externo, entre cristãos e “infiéis”, assim como as medidas que tomaram no sentido de organizarem e modernizarem o governo das finanças e da fazenda públicas, especialmente no século XV, tempo de afirmação de um “capitalismo financeiro e industrial”², dão testemunho da “cultura mercantil”³ que então triunfa por toda a Europa medieval⁴.

Referindo-se a D. Fernando I, o mencionado cronista escreveu que:

começou de reinar o mais rico rei que em Purtugall foi ataa o seu tempo: ca elle achou grandes tesouros que seu padre e avoos guardarom em guisa que somente na torre do aver do castello de Lixboa foram achadas oitocentas mill peças d’ouro e quatrocentos mill marcos de prata, afora moedas e outras cousas de grande valor que hi estavom e mais todo ho outro aver em grande cantidade que em certos lugares pollo reino era posto⁵.

O afamado cronista revela também que, de direitos reais, o Formoso auferia anualmente de 800 mil libras, afora as rendas das alfândegas de Lisboa e do Porto, superiores a 35 a 40 mil dobras, para além das grossas rendas que o monarca-mercador ganhava de empréstimos sob fiança que se faziam aos

² Recuperando um conceito assaz operativo de Yves Renouard, *Les hommes d'affaires italiens du Moyen Age*, Paris, Armand Colin, 1968, p. 251 e seguintes.

³ Referência ao conceito valorizado por Jaume Aurell, “Introducción. El Mediterráneo medieval y renacentista: la formación de una cultura mercantil específica” in Jaume Aurell (ed.), *El Mediterráneo medieval y renacentista, espácio de mercados y de cultura*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 2002, p. 9-32.

⁴ Cf. Guy Fourquin, *História Económica do Ocidente Medieval*, Lisboa, Edições 70, 1981, p. 399-422; Jacques Bernard, “Comercio y finanzas en la Edad Media, 900-1500” in Carlo M. Cipolla (ed.), *Historia económica de Europa (I) La Edad Media*, Barcelona, Ariel Historia, 1981, p. 295-361; Edward Miller, “Medidas económicas gubernamentales y hacienda pública. 1000-1500” in Carlo M. Cipolla (ed.), *História económica de Europa (I)*..., cit., p. 362-400; Vitorino Magalhães Godinho, “Finanças públicas e estrutura do Estado”, *Ensaio II. Sobre História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, Editora, 2ª edição correcta e ampliada, 1978, p. 29-74.

⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando* (edição crítica por Giuliano Machi), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, Prólogo, p. 5. Vd., sobre o mundo em que esta evolução económica acontecia, Virgínia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas. Subsídios para o seu estudo* (Introdução e índices de José Manuel Garcia), Lisboa, Editorial Presença, 1982; Maria Helena da Cruz Coelho, *Ócio e Negócio em Tempos Medievais*, Coimbra, Inatel, 1998; Luís Miguel Duarte, *A Feira da Vila. 1407-2007*, Santa Maria da Feira, Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, 2007.

mercadores e despachantes desses portos, verdadeiras zonas francas, “ca elles emprestavom sob fiança dinheiros aos que carregar quiriam, e aviam dizima duas vezes no ano do retorno”⁶.

As dinâmicas comerciais internacionais que as principais cidades portuárias portuguesas conheciam no reinado de D. Fernando I, como é conhecido, ampliaram-se e aprofundaram-se, mormente com as prósperas senhorias itálicas, nos reinados de D. João I e dos seus sucessores⁷.

Apesar das dificuldades de natureza ética e cultural que a Igreja levantava, na plenitude dos séculos medievais, ao enriquecimento pelo dinheiro e seus negócios e ganhos, o que pressupunha o benefício do lucro e do empréstimo de dinheiro com interesses ou usura, de modo justo, por benefício comum e sem pecado, a verdade é que triunfaram, no Ocidente do outono medieval, as técnicas comerciais que valorizavam a letra de câmbio e a emergência de instituições bancárias, os seguros marítimos e a fundação de companhias e sociedades mercantis, apurando-se modelos monetários internacionais, padrões de pesos e medidas, de câmbios e, ainda, as próprias práticas de registo de contabilidade, circunstâncias que contribuíram para o crescimento do comércio internacional e enformaram a emergência de uma doutrina e ética cristãs legitimadoras do lucro⁸. O “tempo da Igreja”, poder-se-á afirmar, convive lícitamente, no final da Idade Média, com o sistema de valores do “tempo do mercador”⁹.

A legitimidade do lucro foi reconhecida particularmente pelos pensadores franciscanos, especialmente por Henrique de Susa e Duns Scoto, mas também,

⁶ Idem, *ibidem*, p. 6.

⁷ Mariagrazia Russo, “Os italianos e o porto de Lisboa nos séculos XV e XVI” in Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (coord.), *Chi fa questo camino è bem navigato. Culturas e Dinâmicas no Portos de Itália e Portugal (Sécs. XV-XVI)*, Lisboa, CHAM – Centro de Humanidades, 2019, p. 51-68; Amândio J. M. Barros, “As relações entre os portos portugueses e as cidades italianas nos séculos XV e XVI. O Mediterrâneo na construção do sistema atlântico” in Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo e Gaetano Sabatini (coord.), *Chi fa questo camino è bem navigato...*, cit., p. 69-89.

⁸ Vd. A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV”, vol. 4 de *Nova História de Portugal* (Dir. Joel Serrão e de A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Ed. Presença, 1985, p. 74-75; Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Editora Difel, 1990, p. 57 e seguintes; António Castro Henriques, “Taming Leviathan. Constitution, Representation and Taxation in fifteenth century Portugal”, *População e Sociedade* 31 (2019), p. 69-82; Idem, “Capital in a Frontier Economy. Portugal 1230-1500”, *Revista de Historia Económica / Journal of Iberian and Latin American Economic History*, 38, 1 (2020), p.11-44.

⁹ Jacques Le Goff, “Na Idade Média: tempo da Igreja e tempo do mercador”, *Para um novo conceito de Idade Média. Tempo, Trabalho e Cultura no Ocidente*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980, p. 43-60.

ainda que com algumas reticências, por dominicanos como Raimundo de Peñaforte e Tomás de Aquino¹⁰. Por bem comum e por um preço justo justificavam-se negócios envolvendo câmbios, empréstimos, adiantamentos de rendas e suas garantias e penhoras, em contexto sobremodo urbano e mercantil, em que participavam agentes de todas as ordens sociais, do povo, mas também do clero e da nobreza e realeza. As necessidades de capital, por parte da Igreja e das suas instituições, caso das dispendiosas ordens militares, a pretexto do financiamento da cruzada santa e outras muitas despesas, a expansão da economia benéfica em torno de prebendas, dízimas e demais rendas eclesiásticas, foram enfraquecendo as proibições canónicas relativas a empréstimos e negócios financeiros que envolvessem lucro e juros.

2.

Neste contexto histórico das realidades económicas europeias da abertura do século XV se integra a decisão, tomada por D. João I¹¹, rei de Portugal e do Algarve, com a aquiescência da sua esposa e do herdeiro do trono, de negociar um crédito, com o banco do Monte do Comum, de Florença, não somente para nele possuir um depósito financeiro, de que ele e a sua progénie legítima poderiam usufruir, como para rentabilizar, por remunerações e lucro, nos anos futuros, a soma em causa.

Efetivamente, entre 1409 e 1410, o rei D. João I contratou um crédito de vinte mil florins de Florença junto do chamado “Monte” ou banco comunal desta próspera cidade mercantil e bancária toscana. A génese deste negócio financeiro, refira-se, não é totalmente evidente; aliás, os procedimentos e negociações em torno deste contrato, como era e é comum em negócios financeiros, foram secretos.

¹⁰ Vd. Oreste Bazzichi, “Appunti sull’Etica Economica della Scuola Franciscana”, *Acta Philosophica* 21, 1 (March 1, 2012) p.15-40; Giovanni Patriarca, “Algunas reflexiones sobre el pensamiento económico escolástico. Introducción al método”, *Revista Fe y Libertad*, 3, 1 e 2 (enero-diciembre 2020), p. 157-176. O “exercício da pobreza” não dispensou o “comércio com a pobreza” por parte das ordens religiosas mendicantes medievais. Vd. as obras, bem elucidativas dessa realidade, de Paul Bertrand, *Commerce avec dame Pauvreté. Structures et fonction des couvents mendiants à Liège (XIIIe-XIVe s.)*, Genève, Librairie Droz, 2004; Clément Lenoble, *L’exercice de la pauvreté. Économie et religion chez les franciscains d’Avignon (XIIIe-XVe siècle)*, Rennes, Presses Universitaire de Rennes, 2013.

¹¹ Vd. A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na Crise do Séculos XIV e XV...”, cit., p. 530-548; Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I, o que re-colheu Boa Memória*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005; Damião Peres, *D. João I*, Porto, Vertente, 1987 [1ª ed., 1917].

Os documentos que o demonstram não explicam, na verdade, como se conseguiu este depósito inicial de dinheiro, sendo claros, apenas, na explicitação das garantias de cobertura da soma “depositada” e dos modos por que o rei de Portugal passava a auferir de um crédito, no montante referido, destinado a pagamento de mandatos de levantamento apresentados pelo monarca e seus sucessores, ou algum procurador deles, assim como dos rendimentos que resultassem da aplicação, mormente por concessão de empréstimos e outras aplicações, com direito a juros – “commoditates” ou “interesses”, como são designados nos contratos então assinados – entre os 4,5 e 5%¹².

Foi procurador e *numularius* (responsável pelo dinheiro) do rei, neste negócio, tratado em Florença, Afonso Eanes, talvez um mercador português, atuante nessa ou nalgumas outras praças itálicas por esse tempo¹³, senão identificável, por hipótese alternativa, como Afonso Eanes da Atouguia, bacharel em Leis e desembargador ativo no Desembargo Real justamente pelos anos de 1412-1414¹⁴. No contrato datado de 1410, aliás, é referida a procuração passada ao dito Afonso Eanes, a qual foi lavrada, por mandado do rei português, a 1 de abril de 1410.

Da composição acordada entre o rei D. João I e os “priors e alferes” da cidade de Florença chegam-nos dois instrumentos de teor semelhante embora com algumas diferenças pontuais nalgumas cláusulas. O primeiro¹⁵, corresponde às decisões tomadas nos atos realizados nos dias 10 e 14 de outubro de 1409, respetivamente no conselho do povo (“consilio populi”) e no conselho do comum da cidade de Florença (“consilio comunis ciuitatis Florentie”) pelas quais se aceitou o acordo “secreto” sobre um crédito, resultante naturalmente de depósito ou das suas garantias, por parte de D. João I, rei de Portugal, de 20 mil florins de ouro velho, do cunho florentino.

Por este crédito, o rei português passava a usufruir, no dito Monte, dos rendimentos ou “interesses” anuais sobre 20 mil florins de ouro do cunho velho

¹² Publicam-se, no presente artigo, os documentos em causa (n.ºs 1 e 2).

¹³ Talvez o Afonso Eanes, presente em Pisa, negociante e correspondente do Abade D. Gomes na década de 1420. Vd. Rita Costa Gomes (ed.), *A Portuguese Abbot in Renaissance Florence. The letter collection of Gomes Eanes (1415-1463)*, Florença, Leo S. Olschki Editore, 2017, docs. 53, 62, 65, 67 et passim; Idem, “Between Pisa and Porto: Afonso Eanes, Merchant of the King of Portugal (1426-1440)” in Diogo Ramada Curto; Eric R. Dursteler; Julius Kirschner; Francesca Trivellato (eds.), *From Florence to the Mediterranean and Beyond*, Florence, Olshki, 2009, p. 235-248.

¹⁴ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, Biografia 10, p. 266.

¹⁵ Doc. 1, no apêndice.

florentino. Este crédito pertenceria sempre ao rei e à sua estirpe. Por cada cem florins de ouro concedidos, entenda-se emprestados, assentar-se-iam nos livros da contabilidade do Monte, em favor do rei e seus descendentes, 130 florins.

Por cada 100 florins áureos concedidos, o rei e seus descendentes teriam direito, ainda, a receber, anualmente, 5 florins de “rationem” e, por cada 130, outros 6,5 florins. Os resíduos, resultantes da “venda”, reverteriam “ad utilitatem” da comuna florentina. Tanto o monarca como os seus filhos não teriam encargos ou custos com as operações que os oficiais do Monte levassem a cabo. De interesses, ou seja, juros, pagar-se-ia ao rei e seus herdeiros o valor de 5%.

Consentia-se ao monarca e seus herdeiros e procuradores vender, trocar ou alienar os ditos “interesses et prouisionem”, com a condição de que, sendo esses negócios feitos com cidadãos florentinos, se mantivesse o preço primitivo estabelecido no contrato de crédito.

Nos seis dias seguintes, Afonso Eanes, procurador do soberano português, entregaria 18 mil florins de ouro, do cunho florentino, aos oficiais do Monte. Esperar-se-ia o assentimento do rei aos termos contratuais. Havendo concordância, seriam depositadas novas quantias, nos seis meses seguintes, até à soma de 40 mil florins de ouro. Neste período, o rei não estava obrigado a observar as cláusulas contratuais, podendo o contrato ficar nulo. Mas, para a sua confirmação, deveriam ser enviadas cartas solenes de ratificação. Em caso de nulidade do acordo, o dinheiro entregue seria restituído, sem perdas, ao rei.

Ficava à diligência dos oficiais do Monte a venda, em diversos tempos, deste crédito, recolhendo os juros, em benefício do monarca, sem custos para este. Nesse quadriénio, o rei ou o seu procurador poderiam vender esse crédito, no todo ou em parte, até à quantia de 20 mil florins de ouro por ano, desde que sem prejuízo para o “comum de Florença”. A comuna florentina não ficaria obrigada à restituição de qualquer quantia que fosse expendida ou gasta pelo monarca no maneo desses créditos. Aos oficiais do Monte, após a ratificação do contrato, deveriam ser entregues oito mil florins de ouro, de interesses.

Destas cláusulas foi redigido o ato de compromisso ou contrato devidamente subscrito pelas autoridades judiciais e notariais da comuna florentina. A 24 do referido mês de outubro de 1409, o pacto foi aprovado “in palatio populi florentino”.

Nos mesmos termos foi lavrado um outro diploma ou contrato, também aprovado a 24 de outubro de 1409, mas agora “in camera armorum”, determinando que os termos acordados deveriam ainda receber a aprovação, até ao mês de maio de 1410, dos oficiais do Monte do Comum que não se encontravam presentes na aprovação do ato anteriormente homologado. Os termos são os mesmos, com exceção das cláusulas relativas ao recebimento,

após a aprovação pelo rei português, até 15 mil florins de ouro, e não os 18 mil anteriormente indicados, assim como da que respeitava à verba relativa ao pagamento, aos oficiais do Monte, de 10 mil florins de ouro, e não dos 8 mil primeiramente aprovados.

Na aprovação deste segundo ato, o procurador do rei, Afonso Eanes, “numularius”, como se referiu, apresentou as cartas régias, com selos de chumbo pendentos por cordões de seda, datadas de 15 de maio de 1409, comprometendo-se a acolher os termos que viessem a ser definidos e convencionados. A 23 de junho de 1410, o contrato reformado recebia a aprovação “in palatio populi florentini”¹⁶.

3.

Poderia associar-se este acontecimento a necessidade de transferência de capital entre Portugal e aquela praça financeira mediterrânica, nas vésperas da conquista de Ceuta, e por eventual necessidade de despesas relacionáveis com a preparação da conquista da praça magrebina. Tal não se verificou. Certo é que, em junho de 1414, concluído um quadriênio sobre o contrato assinado entre o “Monte debitorum” florentino e o rei português, precisamente, andando já avançados os preparativos e despesas da armada de Ceuta¹⁷, essa enorme verba financeira de 20 mil florins de ouro, do cunho velho, de Florença, com os rendimentos entretanto gerados e acumulados, foram integralmente doados ao infante real secundogénito, D. Pedro¹⁸.

A carta de doação foi redigida por instâncias de Antão Martins, cônego de Lisboa, secretário do rei e notário público¹⁹, o qual pelas suas muitas ocupações,

¹⁶ Doc. 2, no apêndice.

¹⁷ Vd. Maria Helena da Cruz Coelho, *D. João I...*, cit., p. 171 e seguintes; A. H. de Oliveira Marques, “Portugal na Crise do Séculos XIV e XV...”, cit., p. 541-544; João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *1415. A Conquista de Ceuta*, 2ª edição, Lisboa, Ed. Manuscrito, 2015; Luís Miguel Duarte, *Ceuta, 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa, Libros Horizonte, 2015; Paulo Drumond Braga, *Uma Lança em África. História da Conquista de Ceuta*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015; Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem (ed.), *As Décadas de Ceuta (1385-1460)*, Lisboa, Caleidoscópio, 2018.

¹⁸ Ver, no presente estudo, o doc. 3.

¹⁹ Tratar-se-á de Antão Martins, depois embaixador ao Concílio de Constância, tendo sido promovido ao episcopado do Porto, em 1423-24, e elevado ao cardinalato, em 1439. Faleceria, em Roma, em 1447. Mariana Alexandra Monteiro, *Do morro da Sé à cúpula de Roma: D. Antão Martins de Chaves, prelado portuense do século XV (1423-1447)*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008, p. 29-37; Saul António Gomes, “Embaixadores de Portugal junto da Santa Sé” in Carlos Moreira de Azevedo (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001, vol. 2, p. 180.

todavia, não escreveu o ato, tão somente o averbou. Como testemunhas da doação régia, aparecem os nobres Diogo Borges²⁰, Rodrigo Gomes da Silva²¹ e Pedro Nunes de Ataíde²².

No seu testamento, feito em 1426, momento em que o infante D. Pedro realizava o seu longo périplo pela Europa, passando por Bruges e dirigindo-se posteriormente à cúria do imperador Segismundo, D. João I, apelando ao sucessor para que protegesse os infantes seus irmãos, refere-se mais especificamente ao caso do infante das Sete Partidas, reafirmando deixar-lhe: “aalem das terras que tem, o que lhe demos no comum de Floremça, pella guisa que as them per nossa cartas, e assy a seus filhos mayores e netos e a outros decemdemtes lidimos por linha direita”²³.

Entre as despesas extraordinárias realizadas por D. João I, desde a conquista de Ceuta até à sua morte, ou seja, entre 1415 e 1433, segundo José Soares da Silva, aparece uma verba de 1 000 dobras relativas “a hida do Infante D. Pedro com o Cambio de Florença que lhe comprou El Rey”²⁴. Um dos primeiros biógrafos do infante registou que D. João I doou ao filho doze mil peças de ouro²⁵. Entre as receitas e despesas apuradas por Jorge de Faro, há um registo que refere ter D. João I depositado no “Caimbo de Florencia” cinquenta mil dobras, em nome de D. Pedro, para seu sustento e da sua comitiva, aquando do périplo que o infante realizou pela Europa²⁶.

²⁰ A 14 de junho de 1385, D. João I confirmou a Diogo Gonçalves Borges, seu vassalo, as terras de Ourilhe, Calvos e portagem do barco de Ourilhe (*Chancelarias Portuguesas. D. João I*, vol. 1 – tomo 2 (Org. João José Alves Dias), Lisboa, Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 773, p. 135).

²¹ Tratar-se-á de Rodrigo ou Rui Gomes da Silva, que veio a ser alcaide de Campo Maior e Ouguela, pai de Santa Beatriz da Silva e do Beato Amadeu da Silva. (A. Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2ª ed., Lisboa, 1973, p. 15-18).

²² Pedro Nunes de Ataíde poderá ser parente de João de Ataíde, genro de Nuno Fernandes de Codornelos, vassalo do rei, do qual recebeu a vila de Penacova com o paço da Aboboreira “que jaz na Riba de Momdeguo”, de jure e herdade, por carta dada em Coimbra, a 10 de abril de 1385. João de Ataíde foi camareiro-mor do infante D. Duarte. Em 1421, já era falecido. Sucedeu-lhe, na casa, o filho, Pêro de Ataíde. (Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Chancelaria de D. Manuel I, livro 29, fls. 51 e 53).

²³ *Monumenta Henricina*, vol. III (1421-1431), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, doc. 70, p. 133.

²⁴ *Monumenta Henricina*, vol. IV (1431-1434), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do Vº Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962, doc. 65, p. 235.

²⁵ Gomez de Santisteban, *O Livro do Infante D. Pedro que Viajou pelas Quatro Partes do Mundo* (edição crítica de Francis M. Rogers), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1962, p. 66.

²⁶ Jorge Faro, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481. Subsídios documentais*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1965, p. 67.

A 16 de junho de 1428, encontrando-se em Pisa, recolhido à hospitalidade dos frades do Mosteiro de S. Francisco, o infante D. Pedro, acompanhado pelo seu chanceler, D. Estêvão, doutor em Decretos²⁷, por D. Diogo Gonçalves²⁸, cavaleiro e vedor (“magistro Curie dicti Domini Infantis”) da casa do infante, e outros notáveis cidadãos locais, nomeou Gonçalo Fernandes, seu escudeiro, como procurador pleno (“actorem, factorem et certum nuntium speciale”) junto das autoridades de Florença para todos os assuntos relativos às quantias de dinheiros e dos florins de ouro depositados no Câmbio daquela cidade²⁹.

Em 1444, o crédito do infante D. Pedro, no Monte, somava 3 147 florins, nove soldos e oito dinheiros. A 2 de outubro desse ano, os responsáveis pelo Monte Comum confirmavam que o infante D. Pedro era credor de 41 582 florins, à razão de juro de 5% anuais. O pagamento destes interesses, todavia, não fora satisfeito, levando a um arresto, ordenado pela Duquesa da Borgonha, irmã do infante, junto dos mercadores florentinos “in partibus Flandriae et similiter contra patrono galearum quae anno praeterito ad dictas partes iverunt”³⁰.

As boas relações entre Florença e o rei português atestam-se, por carta de 9 de janeiro de 1430, quando as autoridades da Senhoria escrevem ao monarca congratulando-se pelo bom tratamento que este dera, no porto de Lisboa, a uma galé e seus mareantes que se dirigiam para a Flandres, concedendo-lhes privilégios semelhantes aos que usufruíam os venezianos³¹. Senhoria

²⁷ Tratar-se-á do Dr. Estêvão Afonso, do conselho real e chanceler-mor do infante D. Pedro e “clérigo de missa”. Uma sua filha, Inês Afonso, mulher de Mestre Martinho, havida de Mor Rodrigues, mulher solteira ao tempo do nascimento, recebeu carta régia de legitimação, a 17 de março de 1441, Lisboa (ANTT – Chancelaria de D. Afonso V, livro 2, fl. 61).

²⁸ Trata-se de Diogo Gonçalves de Travassos, cujo túmulo raso, com uma magnífica tampa esculpida e o respetivo brasão com lápide funerária epigrafada, na parede conjunta, se pode admirar no Mosteiro da Batalha, à entrada da chamada Capela do Fundador. Vd., sobre este vedor, Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média. (Estudo de História Rural)*, vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras, 1983, apêndice XII, p. 3-4; Saul António Gomes, “O Mosteiro da Batalha e os seus túmulos e capelas particulares” in *A Capela dos Sousas no Mosteiro da Batalha*, Batalha, Câmara Municipal da Batalha, 2012, p. 11-25.

²⁹ A procuração foi outorgada, como se lê no escatocolo da mesma, “in cameretta parvula iuxta salam camere consuete residentie Reverendi Patri Ministri Ordinis Fratrum Minorum Sancti Francisci, quando in Pisis residere contingit, posita in conventu Sancti Francisci Pisane civitatis, in angulo secundi claustrum dicti conventus, prope claustrum quoque ipsius conventus, que cameretta est aperte dicti claustrum quoque (...)”. *Serto di Documenti attenenti all Reali Case di Savoia e di Braganza, per le Auspicatissime Nozze di Sua A.R. La Principessa Pia di Savoia com Sua Maestà Don Luigi I Re di Portogallo*, Florença, Stamperia Reale di Firenze, 1862, doc. XXIII, p. 113-119.

³⁰ Manuel Cardoso Mendes Atanásio, *A Arte em Florença no Séc. XV e a Capela do Cardeal de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, doc. 11, p. 193-195.

³¹ Era capitão da galé florentina Luca di Maso degli Albizi, o qual se refere, em carta de 10 de janeiro de 1429, por ele dirigida aos Cônsules do Mar de Florença, ao bom acolhimento que

florentina que se congratulará, também, junto do rei D. Afonso V, por carta de 12 de setembro de 1456, ao saber da empresa militar que ele se propunha levar a cabo contra o Turco, motivando resposta do monarca, agradecendo justamente a manifestação de regozijo dos florentinos, a 8 de novembro de 1456, que se apressaram a dirigir novo agradecimento ao rei lusitano por missiva datada de 5 de março de 1457³². Ainda mais tarde, a 5 de novembro de 1471, a Senhoria dirigirá a D. Afonso V nova carta de congratulações, bastante encomiástica, aliás, desta feita a pretexto da sua vitória sobre os mouros em Arzila, “opulentissimum oppidum”³³.

4.

A morte do infante D. Pedro, em Alfarrobeira, em maio de 1449, abriu certamente o processo sucessório, mas as dissensões que então atravessaram a família real, mormente com a posição régia de chamar à Coroa direitos de reversão e apropriação dos bens dos que foram considerados desleais e traidores ao monarca, não terão facilitado qualquer solução imediata em torno do dinheiro depositado em Florença³⁴. Só com os tempos de reconciliação, alcançados após o nascimento do príncipe herdeiro, futuro D. João II, em 1455, é que o processo sucessório relativo ao dinheiro de Florença parece ter-se debloqueado. Nesse ínterim, os herdeiros do malgrado infante procuravam administrar e usufruir do legado paterno.

Com a garantia do dinheiro de Florença, concedeu D. Guiomar de Castro, condessa da Atouguia, em diversas ocasiões, ao infante D. Pedro, caído em

recebera do monarca luso, tendo obtido “franquezas” nos seus portos. A esse acolhimento amistoso não terá sido estranha a intervenção de Antonio Marabotto e de Bartolomeo da Firenze, decerto mercadores com interesses em Portugal. Poderá ter sido nesse contexto que o rei, escrevendo à Senhoria, lhe recomendou um Isaac Hebreu, português, estante em Florença, a fim de receber certo dinheiro que pertencia ao monarca e se encontrava entre os bens confiscados às famílias Médici e Tornabuoni. Vd. *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXIV, p. 121-122 e 219-220.

³² *Serto di Documenti...*, cit., docs. XXXII a XXXIV, p. 139-144.

³³ *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXXVII, p. 151-152.

³⁴ Vd. J. P. Oliveira Martins, *Os Filhos de D. João I*, Lisboa, Clube do Autor, 2022, p. 73 e seguintes [segue a 1ª edição, de 1891, mantendo as preciosas notas documentais no final do livro]; Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e significado histórico*, 2 vols., Coimbra, Universidade, 1979; Idem, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra – Itinerário e Ensaio Histórico*, Porto, Universidade Portucalense, 1997; Maria Helena da Cruz Coelho, “O Infante D. Pedro, Duque de Coimbra”, *Biblos*, LXIX (1993), Coimbra, p. 15-57; Idem, *D. João I: o que re-colheu Boa Memória...*, cit., p. 242-243; Ana Maria S. A. Rodrigues, “O Infante Dom Pedro e as suas Viagens Reais e Imaginárias” in Vânia Leite Fróes et al. (ed.), *Viagens e Espaços Imaginários na Idade Média*, Rio de Janeiro, Anpuh-Rio, 2018, p. 9-27.

Alfarrobeira, quantias que atingiram a soma de 981 825 reais brancos e 7,5 pretos. Por ocasião da morte do infante, em 1449, o valor acumulado no Monte de Florença atingiria o equivalente a três milhões de reais brancos. A Condessa da Atouguia, avançando somas, sob garantia desse dinheiro do Monte florentino, a diversos herdeiros do Duque de Coimbra, passou inquietações nas demandas judiciais que teve de levar a cabo para boa cobrança dos empréstimos efetuados. Fê-lo pelo menos em relação aos infantes herdeiros da rainha D. Isabel, a D. Pedro, candidato ao trono de Aragão, a D. João, príncipe de Antioquia e a sua irmã, menor, D. Catarina³⁵. Por sentença régia de D. Afonso V, de 4 de maio de 1462, as quantias em dívida foram reconhecidas e ordenado o seu pagamento³⁶.

Também a rainha D. Isabel, no testamento ditado a 25 de fevereiro de 1452, declarava destinar à irmã, D. Filipa, “a parte que tenho no cambo de Florença” e de tudo o que pudesse herdar do património paterno³⁷. Todavia, por carta assinada a 29 de julho de 1454, em Lisboa, enviada a Cosme e a Pedro de Médicis, a rainha rogava-lhes que fizessem entregar a seu irmão, D. Pedro, o rendimento anual do crédito do Comum do Monte de Florença³⁸.

Por seu turno, no contrato de casamento, assinado a 6 de maio de 1453, em Lille, de Beatriz de Portugal, com Adolfo de Clèves, intermediado por Filipe e Isabel, duques da Borgonha, seus tios, regista-se que integrava o património da infanta, filha do

três hault et puissant prince l’infant dom Prettre de Portugal, en son vivant duc de Coimbre (...) des biens de feu mon dit seigneur le duc de Coimbre leur pere, mesmement sur la rente que avoit mon dit seigneur de Coimbre en son vivant sur le mont de Florence pour les dites mil livres de rente perpetuelle, prendre et lever sur le dit mont de Florence et sur les autres biens du dit feu monsieur de Coimbre³⁹.

³⁵ Vd., sobre esta infanta, leia-se Teixeira de Carvalho, “Historia de uma arca de pedra e de uma madeixa de cabelos loiros”, *Atlantida – Mensario Artistico, Literario e Social para Portugal e Brazil*, Ano II, 18 (1917), p. 419-433.

³⁶ Anselmo Braamcamp Freire, “A avó materna de Affonso de Albuquerque (Os Penhoristas do Seculo XV)”, *Archivo Historico Portuguez*, 1 (dezembro de 1903), p. 418-419.

³⁷ D. António Caetano de Sousa, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, tomo II, Lisboa, Oficina Silviana e da Academia Real, 1742, p. 52.

³⁸ *Monumenta Henricina*, vol. XII (1454-1456), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1971, doc. 14, p. 20-21.

³⁹ Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland- AA 0611 / Ravenstein, Urkunden AA 0611, Nr. 2 – a. [Ref.: https://www.archive.nrw.de/archivsuche?link=VERZEICHUNGSEINHEIT-Vz_9865a6bc-2374-43fc-9697-991f6301786d].

A 11 de julho de 1458, precisamente, o embaixador do Duque de Clèves em Florença, reclamaria da Senhoria a entrega, ao seu senhor, da parte dos rendimentos do dinheiro existente no Montepio florentino que pertenciam à sua mulher, filha do infante D. Pedro. A resposta das autoridades florentinas foi todavia muito evasiva, adiando o pagamento solicitado, mau grado a insistência do embaixador, o que pode traduzir sintomas de tempos de crise ou de declínio do próprio Monte⁴⁰.

D. Afonso V não abriu mão da parte da herança de D. Isabel, no dinheiro herdado do Monte florentino, que entendia pertencer aos filhos do casal. A morte do cardeal de Portugal, D. Jaime, em 1459, por outro lado, justificaria nova intervenção do soberano e da infanta D. Filipa, reclamando o pagamento dos créditos deles e do decesso cardeal, apurando-se, em conselho do Monte do Comum de 18 de junho de 1463, um crédito, em favor de cada um dos sete herdeiros do duque de Coimbra na ordem dos 5 940 florins⁴¹.

Na verdade, por carta do rei D. Afonso V, despachada de Santarém a 27 de janeiro de 1460, e dirigida aos magistrados do governo de Florença, lê-se que haviam ficado, à morte do infante D. Pedro, no Monte daquela cidade, 41 580 florins de ouro, devidos aos sete herdeiros, a saber, D. Pedro, administrador da Ordem de Avis, D. Jaime, que fora cardeal, D. João, príncipe de Antioquia, D. Filipa, D. Beatriz e D. Catarina e, ainda, a rainha D. Isabel, já falecida, mas cuja parte o monarca, como se referiu, entendia ser devida aos filhos e herdeiros de ambos, o príncipe D. João e a infanta D. Joana, cujo tutor era. E porque o era, solicitava às autoridades florentinas que a soma que lhes pertencia, estimada em 5 940 florins mais $\frac{1}{4}$ de florim, com outros juros (“commoditates”) daí resultantes, deveriam ser acautelados e registados, como seus, nos livros de crédito do Monte florentino, à razão de 8% ao ano, ou seja, com 297 florins de juro anuais⁴².

O apelo, como se viu, sucedia à recente morte do Cardeal de Portugal, acontecimento funesto que a Senhoria muito lamentou em carta de pêsames enviada ao rei português, com data de 24 de maio de 1460⁴³. Nova missiva da

⁴⁰ *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXXV, p. 145-148. Vd., sobre a situação bancária na Florença de Quatrocentos, George Holmes, “How the Medici Became the Pope’s Bankers”, *Florentine Studies: Politics and Society in Renaissance Florence* (ed. Nicolai Rubinstein), vol. 1, London, Northwestern University Press, 1968, p. 357-380; Bichard A. Goldthwait, “The Medici Bank and the World of Florentine Capitalism”, *Past & Present* 114 (February 1987), p. 3-31.

⁴¹ Manuel Mendes Atanázio, *A Arte em Florença...*, cit., doc. 1, p. 183-186.

⁴² *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXXVI, p. 149-150; Manuel Mendes Atanázio, *A Arte em Florença...*, cit., doc. 6, p. 189.

⁴³ Manuel Mendes Atanázio, *A Arte em Florença...*, cit., doc. 7, p. 190.

Senhoria para D. Afonso V, a 18 de julho desse ano, justificava a demora na remissão da reclamada sétima parte do dinheiro⁴⁴.

A infanta D. Filipa renovará queixas, nos anos seguintes, pelos atrasos e obstáculos levantados pelas autoridades florentinas para pagamento dos dinheiros que lhe eram devidos no Monte, chegando a obrigar D. Afonso V e o príncipe herdeiro, D. João II, a dirigirem-se a Lourenço, o Magnífico, por cartas de 15 de julho e de 20 de agosto, respetivamente, de 1473, pedindo-lhe intermediação para boa resolução do assunto⁴⁵.

5.

Em dia e mês não definidos do ano de 1459, mas seguramente antes de 27 de agosto desse ano⁴⁶, no sobreclaustrado da Sé de Lisboa, junto às pousadas de Pedro Gomes, reitor da igreja paroquial de Santa Maria da Azambuja, notário apostólico e secretário do senhor D. Jaime, cardeal-diácono do título de Santo Eustáquio, administrador perpétuo do Arcebispado Lisboa, presente Luís Eanes, vigário geral no espiritual e temporal do bispado, e testemunhas circunstantes, compareceu Fernando Eanes, escudeiro e servidor da casa do infante D. Pedro, governador da Ordem Militar de Avis⁴⁷, como seu representante em virtude de carta de procuração do dito infante, escrita pela mão do seu secretário, Rodrigo Vasques⁴⁸.

⁴⁴ Manuel Mendes Atanázio, *A Arte em Florença...*, cit., doc. 10, p. 192-193.

⁴⁵ *Serto di Documenti...*, cit., doc. XXXVIII, p. 155-156 e 224-225.

⁴⁶ Tenha-se presente que o Cardeal D. Jaime morreu a 27 de agosto de 1459, em Florença, pousando na casa de Francesco di Niccolò Campino, mercador muito empenhado com a Casa Real de Portugal (*Serto di Documenti...*, cit., p. 223-224). O ato em causa, a que se refere o nosso texto, abre referindo-se a D. Jaime, cardeal, como ainda vivo, vindo a ser selado, todavia, já depois da sua morte, sede vacante, situação explicitamente referida no escatocolo do diploma, datado de 24 de novembro do referido ano de 1459. Vd. Luís Filipe Oliveira e Mário Farelo, “Jaime de Portugal (1453-1459)” in João Luís Inglês (dir.), *Bispos e Arcebispo de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2018, p. 515-530.

⁴⁷ É aceitável que este Fernando Eanes seja o que, tendo acompanhado o Condestável D. Pedro à Catalunha, aqui viesse a exercer funções de lugar-tenente do tesoureiro do governo de D. Pedro. Luís Adão da Fonseca propõe a sua identificação com o escudeiro do duque de Coimbra, pai do Condestável, que foi escrivão dos contos de Lisboa (Luís Adão Fonseca, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de História da Universidade do Porto, Porto, 1982, biografia 112, p. 334-335).

⁴⁸ Rodrigo Vasques será o escolar que combateu em Alfarrobeira ao lado do infante D. Pedro, tornando-se notário e escrivão da puridade do Condestável português. Com ele esteve na Catalunha, onde desempenhou o cargo de secretário do pretendente ao trono (Luís Adão da Fonseca..., cit., biografia 371, p. 359).

O procurador do Condestável de Portugal solicitava ao mencionado notário apostólico a emissão de cópias autenticadas de um dossiê processual respeitante ao crédito que o rei D. João I negociara no Câmbio ou Monte do Comum de Florença, em 1409-1410, e doara, com a anuência da rainha D. Filipa e do infante herdeiro, D. Duarte, a 15 de junho de 1414, ao infante D. Pedro, para aumento da sua casa e estado⁴⁹. Estes são os documentos que nos chegam e elucidam este dado histórico relevante, por longo período temporal, como se exporá, na vida das primeiras gerações da família real de Avis.

Para a execução das públicas-formas pedidas, a infanta D. Filipa fez apresentar, por um seu escudeiro, Rodrigo de Oliveira⁵⁰, ao mencionado vigário diocesano e ao notário apostólico olisiponense, as cartas de 10 e 14 outubro de 1409 e de 4 e 7 de agosto de 1410, lavradas em Florença, e a referida doação régia, de 1414, em favor do infante D. Pedro e dos seus herdeiros.

Tanto a citada carta de doação, como os contratos da composição creditícia estabelecida entre D. João I e os representantes do Monte de Florença foram, então, trasladados em públicas-formas, pedidas pelo procurador do condestável D. Pedro. Não sabemos se os traslados então efetuados foram apenas os exemplares que aqui se dão a conhecer, se houve outros traslados eventualmente entregues ao próprio condestável de Portugal ou a outros herdeiros do dinheiro do Monte florentino.

Pesquisas futuras permitirão, certamente, acrescentar mais informação histórica e aprofundar o conhecimento deste crédito estabelecido pelo rei D. João I, mantido pelo seu filho, infante D. Pedro, e disputado pelos filhos e herdeiros deste. Qual o destino que esse dinheiro acabou por ter, é uma pergunta ainda sem resposta cabal face aos elementos que se conhecem.

As públicas-formas que nos chegam do contrato de 1409-10 e da sua entrega ao infante D. Pedro, todavia, pertenceram, de seguro, à infanta Beatriz de Portugal, casada com Adolfo de Clèves em 1453, como se observou, vindo a falecer pouco depois, em fevereiro de 1462. O seu filho, Filipe, sucessor no condado, e demais descendentes, aliás, não esqueceriam o seu parentesco com

⁴⁹ Justamente os documentos 1, 2 e 3 que ora se publicam.

⁵⁰ De difícil identificação. Há um Rodrigo Eanes de Oliveira, escudeiro, nomeado tabelião de Pedrógão Grande por D. Afonso V e confirmado, no ofício, em 1482, por D. João II. (ANTT – Chancelaria de D. João II, livro 6, fl. 49; ref^a em Bitagap texid 27486, em : <https://pb.lib.berkeley.edu/xtf/servlet/org.cdlib.xtf.dynaXML.DynaXML?source=/BITAGAP/Display/27486BITAGAP.Work.xml&style=Work.xsl&gobk=http%3A%2F%2Fpb.lib.berkeley.edu%2Fxtf%2Fsearch%3Frmode%3Dphilobitagap%26title%3Dbeja%26text-join%3Dand%26rmode%3Dphilobeta%26browseout%3Dwork%26sort%3Dmoniker%26startDoc%3D21>).

a casa ducal de Coimbra, não tendo deixado de brandir, como sucedeu em 1510, direitos sucessórios no ducado português⁵¹.

É precisamente entre a documentação proveniente da família do Conde de Clèves, senhores de Ravenstein, custodiada nos Arquivos do Estado do Departamento da Renânia, Renânia do Norte-Vestfália, que se encontram os três traslados, realizados em 1459, dos contratos e da doação do dinheiro do Monte de Florença ao infante D. Pedro que seguidamente se publicam.

Documentos⁵²

Documento 1

1459 novembro, 20, Lisboa – *Pública-forma da primeira versão do contrato, concluído a 24 de outubro de 1409, Florença, feito entre o “Monte debitorum” da comuna de Florença e o rei D. João I, relativo a um crédito de 20 mil florins de ouro.*

Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland - AA 0053 / Kleve-Mark, Urkunden AA 0053, Nr. 1012.

Acessível em linha: [https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf\[id\]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisate%2FAbt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01013%2Fmets.xml](https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf[id]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisate%2FAbt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01013%2Fmets.xml)

In nomine Domini, amem. Nouerint uniuersi presentis publici instrumenti seriem inspecturi quod anno a natiuitate Domini millesimo quadingentesimo quinquagesimo nono super clauastro sedis siue ecclesie maioris nobilis ciuitatis Ulixbonensis in domo habitacionis mei Petri Gomecii rectoris ecclesie parrochialis Beate Marie de Azambuia publici et auctoritate apostolica

⁵¹ Ver documento 4. Filipe de Clèves, senhor de Ravestein, veio a falecer em 1528. Foi um notável bibliófilo, tendo herdado preciosos manuscritos da coleção dos duques da Borgonha. Assinava os códices que lhe pertenciam e fazia pintar neles a sua divisa com o moto: “A JAMAIS”. Vd. Anne Korteweg, “La bibliothèque de Philippe de Clèves : inventaire et manuscrits parvenus jusqu’à nous”, *Entre la ville, la noblesse et l’Etat : Philippe de Clèves (1456-1538), homme politique et bibliophile*, Turnhout, Brepols, 2007, p. 183-221 ; “Collection de Philippe de Clèves (Filips van Kleef ; + 1528)”, na base : Bibale-IRHT/CNRS (<https://bibale.irht.cnrs.fr/8284>) e também : <https://bibale.irht.cnrs.fr/20244> (Consultas feitas em 03/03/2024).

⁵² Seguimos, na transcrição paleográfica dos textos, as linhas essenciais definidas em Avelino de Jesus da Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3.^a ed., Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

notarii, secretariisque reuerendissimi in Christo patris et domini domini Jacobi Dei et apostolice sedis gratia dyachony cardinalis Sancti Eustachii atque administratoris perpetui ecclesie et archiepiscopatus Ulixbonensis et testium infrascriptorum, ante in eadem domo venerabili et discreto viro Ludouico Johannis canonico Ulixbonensis et vicario generali in spiritualibus et temporalibus predicti reuerendissimo domini cardinalis, comparuit Fernandus Johannis scutiffer et continuus familiaris illustrissimi principis domini Petri gubernatoris ordinis milicie de Ausio tamquam procurator predicti domini prout in quodam aluareto procurationis scripto per manu Roderici Valasci ipsius domini Petri secretarii signato nomine prefati domini principis eiusque signeto secreto cera nigra impresso sigilato non viciato non cancelato neque in aliqua sui parte suspecto sed omni prorsus vicio et suspicionem carente prout prima facie apparebat.

Et statim per dictum Fernandum Johannis expositum fuit predicto vicario et michi notario qualiter predictus dominus princeps sibi mandauerat ut transuntum siue copiam quarundam literarum, scilicet, donacionis excellentissimi ac potentissimi et victoriosissimi principis et domini domini quondam regis Johannis, et excellentissime domine regine Philipe eiusdem uxoris, et illustrissimi principis et domini iffantis Eduardi eorum primogeniti cum aliis duobus instrumentis compositionum siue tractum inter ipsum dominum regem Johannem et ciues florentinos ab illustrissima sorore sua domina Philipa peteret. Et quia a predicta domina acceperat quod predictae litere de mandato suo erant in manu mei dicti notarii. Ideo me dictum notarium nomine dicti domini sui requirebat ut copiam siue transuntum dictarum literarum, scilicet, donacionis et aliorum instrumentorum compositionum sibi dare requirens ipse Fernandus Johannis procurator predictum vicarium ut auctoritatem ordinariam dictis transuntis interponeret et sub sigillo predicti reuerendissimi domini cardinalis et signo meo publico dictas scripturas siue dictos transuntos sibi dari mandaret.

Et statim per venerabilem virum Rodericum de Oliueira scutiferum predictae domine Philipe michi dicto notario fuit presentatum quodam instrumentum scriptum in pargameno datum et actum in ciuitate florentina die decimo mensis octobris in consilio populi et die quarto decimo eiusdem mensis in consilio comunis ciuitatis Florentie anno incarnationis domini nostri Jhesu Christi millesimo quadringentesimo nono, signatum et reddatum in publica forma et suscriptum per Antonium filium Ser Pieri notarium publicum in anno Domini ab eius incarnatione millesimo quadringentesimo decimo in die quarta et die septima mensis augusti anni eiusdem, non uiciatum, non cancelatum, nec rasum aut aliqua suarum parte suspectum sed omni prorsus vicio et suspicionem carentem prout prima facie apparebat cuius tenor de verbo ad verbum sequitur et est talis:

In Dei nomine, amem. Anno incarnationis Domini nostri Jhesu Christi millesimo quadringentesimo nono, indictione tercia, die decimo menssis octobris in consilio populi et die quarto decimo eiusdem menssis in consilio comunis ciuitatis Florentie, mandato magnificorum dominorum, dominorum priorum artium et vexiliferi iusticie populi et comunis Florentie pletoria conuocacione campaneque sinitu in palacio populi florentini more solito congregatus. Quorum dominorum priorum et vexiliferi nomina ista sunt, videlicet, Girolamus Nicholay Gerutii, Jacobus Latozei Nasi, Andreas Sindri Raugugii, Jacobus Nicholay Dericcalbanis, Antonius Leonardi de Strocis, Laurencius Pieri Lenci, Philipus Siluestri nati Capsetarius et Dominicus Lulli Corazarius, priores artium, et Nicholaus Maneti de Felicaria vexilifer iusticie populi et comunis Florentie. Et per ipsa iam dicta concilia in sufficientibus numeris congregata in palacio supradicto totaliter aprobata amissa et acceptata fuit infrascripta prouisio facta et hedita super tractis omnibus et singulis per dictos priores et vexilifer gonfaloneros societatem populi et duodecim bonos viros comunis Florentie secundum formam ordinamentorum dicti comunis. Et I^a proxime et immediatis annotata et scripta. Et prouisum et decliberatum fuit quod in hiis et super hiis omnibus et singulis subscriptis procedatur obseruari et firmetur et fiat et fixum et stabile esse intelligatur et sit in omnibus et per omnia secundum et prout inferius continetur.

Credentes magnifici et potentes domini, domini priores artium et vexilifer iusticie populi et comunis Florentie infra ordinanda prouidenda et scribenda cedere ad magnam utilitatem et etiam ad honorem dicti comunis. Et super ipsis etiam requisiti pro parte infrascripti domini regis. Et habita super hiis inuicem, et una cum officiis gonfaloneriorum societatum populi et duodecim bonorum virorum comunis Florentie deliberatione solempne. Et demum intra ipsos omnes in sufficienti numero congregatos in palacio populi florentini, premissis facto et celebrato solempniter et secreto scriptum et obtempto partito ad fabas nigras et albas secundum ordinem dicti comunis eorum proprio motu pro utilitate comunis eiusdem et omni uia iure et modo quibus melius potuerunt prouiderunt et ordinauerunt et deliberauerunt die quinto menssis octobris anno millesimo quadringentesimo nono inditione tercia quod hinc ad per totum menssem maii proxime futuris officiales officii dominum debitorum montium comunis Florentie et seu due partes eorum aliis etiam absentibus et requisitis aut contradicentibus uel remotis uel quomodolibet impeditis possint simul uel separati et semel et pluries pro dicto comuni et eius parte conuenire componere et pascisci conuentiones compositiones et pacta cum effectum facere de et super omnibus et singulis de quibus infra scribetur cum serenissimo domino Johanne Dei gracia rege Portugalie et seu quocumque uel quibuscumque habente uel habentibus mandatum ab eo videlicet:

Quod dictus dominus rex uel alius pro eo possit et sibi liceat infra tempum quatuor annorum a die ratificationis domini regis proxime futurorum emere de crediti dictorum montium tota credita quorum interesse et prouissio possit ascendere pro anno quolibet usque ad sumam florenorum viginti milium auri de floreni de sigillo veteri florenorum florentinorum secundum effectum et rationem de quibus et infra dicetur. Hoc addicto quod officiales montis non teneantur recipere pro prediis a dicto domino rege ultra quindecim milia florentinos pro menssis dicti tempis quatuor annorum. Et quod credita emanantur pro officiale pro dicto et sub nomine dicti domini regis.

Item quod dicta credita que etiam possint et debeant scribi simul uel diuisim sub nomine dicti domini regis et quod ualeant quod se retinere quandiu sibi placuerit uel dictos redditus dicte sume appropriare uni ex natis suis cuicumque uoluerit uel etiam diuidere intra eosdem et eisdem uel cuilibet eorum de dictis redditibus successione uel substitutione ordinare uel alteri de sua stirpe et sanguine cuicumque sibi placuisset nulla amplius a dicta comunitate nec ab officialibus petita licencia set vigore istius.

Item quod quicquid expedierit pro dictis creditis uel quecumque et quotienscumque ex dictis creditis empta fuerint pro quocumque precio effectus sequatur et sic iste uidelicet quod pro quibuscumque florenis centum auri de bonis et ueri qui expenditur per dictum uel pro dicto rege scribantur in libris montium florenos centum triginta et non ultra sub nomine dicti domini regi sint seu filii uel filiorum uel cuiuscumque sibi placuerit de sua stirpe et sanguine pro quibus habeat ad rationem quinque auri pro quolibet centenario de scriptis et pro anno quolibet uidelicet pro quibuslibet centum triginta florenis descriptis florenos sex auri et dimidium alterius floreni pro anno et <ad> rationem anni et non ultra. Et residuum quod haberetur a uenditore sui crediti pro dictis centum florenis de bonis qui expenderentur sit ad utilitatem dicti comuni. Et exinde finiatur et liberetur ipsum comune libere. Et sic obseruetur realiter et bona fide. Et debeant dicti officiales et comunis curre in contractu et seu conuencionibus apponere. Quod in preciiis quibus credita emanantur pro dicto domino rege taliter procedatur quod comune Florentie suam utilitatem consequatur et ipsa non fraudetur.

Item quod predictis creditis que emanantur et scribuntur sub nomine dicti domini regi et seu filiorum uel cuiuscumque de sua stirpe et sanguine non teneantur ipse dominus rex et seu filii neque obligati sint pro dictis emptionibus et scripturis de ipsi faciendis in libris montium ad aliquam grauedinem dicti comunis realiter uel personaliter nec possit nec debeat imponi ullo tempore ipso rege aut filiis aliqua prestancia per dictum comune uel eius officiales directe uel indirecte uel aliquo quesito coloro. Et hoc obseruetur secundum bona et recta fidem et secundum sanum et rectum intellectum. Et in super quod predicti

creditis aut eorum emptionibus uel finis et liberalis predictis aut pro eo quod scriberetur sub nomine dicti domini regis et seu et filiorum uel cuiuscumque eorum non debeat per ipsum dominum regem uel eius filios uel alios predictos solui uel dari aliqua gabella grossa uel minia dicto comuni uel suis officialibus.

Item quod interesse et prouisio predictorum predictis creditis soluatur et detur et solui et dari possit et debeat ad dictam rationem quinque pro centenario de scriptis in illis temporibus et terminis in quibus dictum comune soluit et soluet ciuibus florentinis sine aliqua dilatione uel cauillatione et si in aliquo casu occurrente dictum comunis ordinasse uel ordinaretur seu stabiliret ex ciuibus florentinis aut forensibus differretur ad tempus solucio talis interesse in totum uel in parte. Ita quod in tali ordinamento uel stabilimento facto uel faciendo non includatur dicti interesse quinque pro centenario descriptis debitum domino rege et seu filiis sed soluatur ut dictum est.

Item quod dicta credita dicti domini regi set filiorum intelligantur esse et sint fortificata munita et roborata omnibus et singulis fortificacionibus prohibicionibus securitatibus et cautelis quibus sunt munita fortificata et roborata credita dictorum montium debita ciuibus florentini. Ita est quod pro aliquo malleficio uel excessu aut alia causa aut alio quesito colore non possint in totum uel in partem confiscari annullari remoueri uel tolli ad eo domino rege et seu eius filiis aut successoribus uno uel pluribus in totum uel in partem quoquo modo.

Item quod dictus dominus rex et eius filii in quod de dictis creditis scripta essent et eorum herede et eorum procurator seu procuratores possint et eis liceat huiusmodi credita et interesse et prouisionem permutare vendere et alienare in quemlibet ciuem florentinum et non in forense omni tempore prout eis placuerit in totum et in partem et simul et diuisim et cum interesse et sine tam solum modo cum iuribus que haberent ipsi non obstante aliqua prohibicione aut reformatione facta uel fieret in contrarium que predictis non habeat iudicare. Hoc tandem declarato quod sy comune Florentie montis uellent emere de ipsis crediti pro illo precio quod reuera inumeretur a ciuibus florentinis debeant uendere comuni pro ipso eodem precio antequam alii ipsa credita. Et sic bona fide et realiter obseruetur.

Item quod pro parte dicti domini regis dentur maxime per Alfonsum Johannis eius procuratorem ad presens et numerentur dictis officialibus montis aut cuius per eorum officio voluerint saltem I^a sex dies dicti contractus proxime secuturum decem et octo milia florenorum auri de sigillo florentino. Quo dicti officiales et eorum officium possint retinere usque ad tempus quo veniet responsum a dicto domino rege de satisficatione uel non. Et in super et quo si a dicto domino rege ueniret uel icteretur pro predictis aliqua quantitas debeat dari officio officialium montium saltem usque in quadraginta milia florenos, computata dicta quantitate

florenorum decem et octo milium retinendis ut supra. Et sic fieri debeat cum condicione predicta.

Item quod in contractu celebrando super predictis cum procuratore dicti domini regis possit poni in effectum quod expectetur ratificacio regis usque ad octo menses post contractum immediate secuntur. Ita quod durantis ipsis sex mensibus rex non intelligatur obligatus ad contenta in contractu sed ante ratificacionem ipsius domini regis habeantur ac si contractus non esset factus. Ita tamen quod si uellet dictus dominus rex ratificare ratificet et ratificare possit infra ipsos octo menses predictus et eius arbitrio sit ratificare uel non. Et de ratificatione sic debita debeat infra ipsos menses fieri noticia officio officialium diminucionis montis per literas regias cum bulla solemnes uel per instrumentum autenticum et solemne. Et quod si casus occurreret quod rex non ratificasset dictum contratum uel responsionem aliquam non misisset I^{ra} dictos menses. Quod non propterea remaneat esse obligatus ad obseruandum contractum post dictum tempus nec etiam comune Florencie.

Item quod si dictus dominus rex non ratificabit infra supradictum tempus ut dictum est et notum fuerit officio dictorum officialium quod ipse dominus rex non uult ratificare ex tunc facta dicta noticia ipsi officio per literas regias cum sigillo aut instrumentu infra viginti dies exinde proxime secuturos quelibet quantitas florenorum datis officio dictorum officialium uel alii pro eis de pecuniis dicti domini regis debeat libere restitui ipsi domino regi aut eius procuratori sine solucione alicuius interesse uel gabelle et sine aliqua detencione. Hoc declaratio est quod comune obligetur ad dictam restitutionem. Et faciant officiales quod tres bancherii obligentur. Et si comune soluerit et restituerit viginti dies predictos sufficiat. Et si non restituerit bancherii cogantur ad soluendum et pro banchario non soluente comune teneatur soluere libere ut dictum est.

Item quod credita pro dicto domino rege verisimiliter emanant in diuersis temporibus cum simul de facili haberi non possunt. Quid interesse incipiat in omni quantitate que emetur eadem die qua per creditorem uendentem permutata fuerit penes scribanum montium sub nomine dicti domini regis aut eius filii uel filiorum et sic procedat de tempore in tempus initium dicti interesse sane et recte intelligendo. Et si pecunia pro parte regis daretur uel assignaretur officialibus, et transiret tempus et non emerentur sub nomine regis de dictis creditis teneatur comune facere scribi quantitas data quantocumque fuerint. Ita quod interesse incipiat infra quimdecim dies a die date uel assignate pecunie et non differatur ulterius.

Item quod dictus dominus rex et seu eius procurator pro eo possit solum modo infra quatuor annos a die ratificacionis domini regis proxime secuntur quandocumque simule et separatim emere de dictis creditis montium modo predicto usque in tantam quantitatem quod interesse secundum predicta possit

ascendere et ascendat ad sumam florenorum viginti milium auri pro quolibet anno firmis stantibus superscriptis et icturis. Et quod in libero arbitrio sint maiestatis domini regis uel filiorum aut heredum uel successorum unius uel plurium ad quod seu quem ex voluntate dicti domini regis dicta pecunia montis peruenerit. Qui omnis sint solum modo de eius stirpe et sanguine et non alii mutare renouare adere uel minuere atque etiam emendare circa condicione et circunstantias contractus ipsius contractus substantia non mutata nec in aliquo preiudicando comuni Florentie nec alicui suo iuri.

Item quod dictus dominus rex et quicumque eius procurator possit super dictis creditis apponere condiciones tales quod non possit per filios uendendi alienari uel permutari aut alii concederi in totu et seu in partem nisi prout et sicut in condicione uel conditionibus que apponerentur per ipsum dominum regem uel eius procuratorem contineretur non tandem per hoc preiudicando in aliquo comuni Florentie uel alicui iuri.

Item quod in aliquo contractu seu conuentione uel pactu aut obligatione non possit poni uel contineri quod comune Florencie aut eius ciues uel subditi et eorum bonis obligentur ad restitutionem alicuius vere sortis que expenderetur per dictum dominum regem uel aliam pro eo pro dictis creditis aut pro predictis uel aliquo predictorum quymo expresse dicatur quod ipsu comune uel ius bona non sint obligatum nec obligata nec in aliquo modo teneantur ad restitutionem alicuius vere sortis pro predictis et solum modo ipsum comune teneatur pro solutione dicti interesse. Set quod liceat dicto domino regi et eius filiis vendere alienare et in alium transferre ipsa credita cum interesse et sine in totum et in partem prout supra in alio capitulo scriptum est. Et cum limitationibus superscriptis et de personis filiorum et sua stirpe et sanguine. Et non derogando in aliquo superscriptis.

Item quod super et pro predictis et dependentibus et connexis officiales diminucioni montium et seu due partes eorum ut dictum est possint ut supra dicitur contraere conuenire et pascisci. Et pacta contractus et conuenciones predicto comuni cum dicto domino rege et seu eius procuratore ad hec mandatum habente. Et propterea facere confici instrumentum et instrumenta unum et pleures et cum capitulis pluribus et obligationibus et articulis oportunis. Ita quod de iure subsistant sequendo in effectus capitulorum supradictorum.

Item quod contractus et pacta et conuenciones que pro predictis fient et obseruentur et obseruari possint et debeant ad sanum et rectum intellectum et bona fide remotis fraudibus dolis maliciis cauilationibus quibuscumque.

Item quod non obstantibus superscriptis interesse supradictorum decernet octo milium florenorum, qui de proximo dari debent officiales montium non incipiat nisi post ratificacionem que facta fuerit per dictum dominum regem.

Et post notificationem que de ipsa ratificatione facta fuerit officio officialium montium et non prius.

Item quod post ratificationem et notificationem predictam possit per officium dictorum montis officialium innouata et seu de nouo fieri contractus quilibet pro predictis quomodolibet opportunum cum dicto domino rege uel eius procuratore non mutando tamen effectum suprascriptorum capitulorum.

Non obstantibus in predictis uel aliquo predictorum aliquibus legibus statutis ordinamentis prouisionibus aut reformationibus consiliorum populi et comunis Florencie obstaculis seu repugnanciis quibuscumque et quantumcumque derogatoriis penalibus uel precisis uel etiam si de eis uel ipsorum aliquo debuisset uel deberet fieri specialis mentio et expressa quibus omnibus intelligatur esse et sit nominatim et expresse specialiter et generaliter derogatum.

Ego Bonguida Bartholomei Bindi ciuis et notarius florentinis imperiali auctoritate iudex ordinarius notariusque publicus coadiutor prouidi uiri de Viuiani Neri de Franchis de Florentia notaraii scribe reformationum consiliorum populi et comunis Florencie predicta uidelicet in presenti et aliis proxima precedenti cartis de membranis scripta ex dictis reformationum in palacio populi florentini penes ipsum. Ser Viuianum existente fideliter sumpsy scripssy et publicaui. Ideoque me subscripssy et signum meum apposui consuetum.

Ego Viuianus quondam Neri Viuiani de Franchis ciuis florentinus imperiali auctoritate iudex ordinarius publicusque notarius tuncque scriba reformationum consiliorum magnifici populi et comunis Florencie predictis sumptis scriptis et publicatis per dictum Bonaguida notarium ante scriptum ad fidem et in testimonium me subscripssy et solito signo signaui.

Ego Johannes filius Ser Mathei de Loris de Fineschis de Radda ciuis florentinus imperiali atque apostolica auctoritate iudex ordinarius publicusque notarius predicta omnia et singula in hoc presenti alioque precedenti peciis cartarum de membranum in simul sutarum et in earum suturis meo solito signo signatarum ex dicto publico et autentico sumpto et scriptum dicti Ser Bonagudo coadiutori predictis et subscriptis manu propria dicti prouidi uiri Ser Viuiani notarius florentinus et scribe predicti fideliter sumpsy scripssy exemplauit et in hanc publicam formam redegit. Ideoque me subscripssy et meo solito signo signaui.

Ego Antonius filius Ser Pieri, Ser Betini ciuis florentinus imperiali auctoritate iudex ordinarius publicusque notarius predicta omnia et singula in presenti et precedenti peciis cartarum de membranis in simul subtarum et in earum suturis proprio signo verissimo Ser Johanis antescripti signatarum et per eundem Ser Johanem sumpta scripta et exemplat et in hanc publicam formam fideliter reductis ex dicto publico et autentico scripto dictis Ser Bonaguide coadiutoris

prefati et predictum prouidum uirum Ser Viuiantum notarium et scribam antescritum subscriptis una simul cum dicti Ser Johanne seriatim de verbo ad verbum fideliter ascoltaui et quia concordat iuueni in omnibus cum dicto Ser Bonaguide sumpto in fide et testimonium premissorum me subscripssy et meo solito signo signaui.

In Dei nomine, amem. Anno incarnationis domini nostri Jhesu Christi millesimo quadringentesimo nono, indictione tertia, die vigesimo quarto menssis octobris auctum Florencie in palacio populi florentini presentibus fratre Georgio Nuti priore Hospitalis Sancti Galli de prope Florentina et Ser Martino Luce Martini notario florentino testibus adictura adhibuit vocatus et rogatus.

Domini priores artium et vexillifer justicie populi et comuni Florentie una cum officialibus gonfalonensibus societatis populi et duodecim bonorum virorum dicti comunis in sufficientibus numeris congregati in palacio supradicto premiso et facto solemptni et secreto scriptum inter ipsos omnes et obtento partito ad fabas nigras et albas ut moris est prouiderunt ordinauerunt deliberauerunt et taxauerunt serenissimum principem et dominum dominum Johannem Dei gratia regem Portugalie e ct^a, debere dare et soluere eandem camere armorum dicti palatii pro dicto comuni recipienti pro prouisione in eius fauorem, approbatum in consilio populi die decimo dicti mensis octobris, et die quarto decimo ipsius mensis in consilio comunis florenos duos auri.

Ego Bonaguida Bartholomeei notarius et coadiutor in proxime precedenti facie scriptus predicta in presenti scripta ex libris dicti populi et comunis in dicto palacio penes subscriptum Signor Viuiantum existente fideliter sumpsy scripsy et publicaui. Ideoque me subscripssy et signum meum apposui consuetum.

Apparet in libro introhitus eandem camera armorum palatii populi florentini serenissimum principem et dominum Johanem Dei gratia regem Portugalie subscriptum pro dicta tasacione dominis causa pro dicto comuni Florentie recipit soluisse die trigesimo primo menssis octobris millesimo quadringentesimo nono, indictione tertia florenos duos auri.

Ego Bonaguida Bartholomei notarius et coadiutor predictis subscripsi.

Ego Johannes filius Ser Mattei, Ser Loris de Fineschis de Radda ciuis florentinus imperiali atque apostolica auctoritate iudex ordinarius publicusque notarius predicta omnia et singula ex autentico instrumento sumptis et scriptis per dictum Ser Bonaguidam ut supra apparet fideliter sumpssi et exemplaui nichil addens uel minuens quod sensum mutet uel negocii variet intellectum. Ideoque in fidem et testimonium premissorum me subscripssi millesimo quadringentesimo decimo indictione quarta die septimo menssis februarii et meo solito signo signaui.

Ego Antonius filius Ser Pieri notarius subscriptus predicta omnia et singula per dictum Ser Johannem Sumptis scripta et exemplata et in hanc publicam formam fideliter reductus ex dicto publico et autentico sumptis dicti Ser Bonaguie coadiutor predictis et per dictum prouidum virum Ser Viuianu notarium et scribam antedictum suprascriptum ut supra aparet una simul cum dictis Ser Johanne Seriatim de verbo ad verbum fideliter abscoltaui et quia concordat iuueni in omnibus cum dicto Ser Bonaguide sumpto in fide et testimonium premissorum me subscripssy et meo solito signo signaui in anno Domini ab eius incarnationis millesimo quadringentesimo decimo, in die quarta et die septinia menssis augusti anni eiusdem.

Post cuiusquidem strumentum presentationem per predictum Rodericum de Oliueira coram dicto notario factam fui per predictum Fernandum Johannis procuratorem supra scriptum debita cum instancia requisitur quatinus transuntum siue copiam dicti instrumenti sub signo meo publico et signo dicti vicarii. Et sigillo predicti reuerendissimi domini cardinalis sibi darem. Idem vero vicarius antedictus auctoritatem suam dicte copie siue transunto interposuit de quo sibi instrumentum in publica forma sub signo suo solito et sigillo predicti reuerendissimo domini cardinalis dari mandauit. Testes autem qui presentes fuerunt Johannes Martini, portionarius ecclesie Sancte Marie de Maruilla, ville Sanctarenensis. Et Valascus Laurentii scutiffer habitante in dicta villa Sanctarenensis. Et Fernandus Suillus. Et Johanes Lupi, familiares mei dicti notarii, et alii ibi existentes et c^a. Et quia predictum strumentum non fuit expeditum de sigillo ante obitum predicti reuerendissimi domini cardinalis, ideo de mandato venerabilis viri domini Alfonsy Johannis cantoris et canonici ipsius ecclesie Ulisbonensis et vicarii generalis in spiritualibus et temporalibus sede vacante transiuit sub sigillo ipsius sedis vacantis vigesima die mensis nouembris.

(Ass.) Ludouicuss Johanis.

(Sinal do notário)

Et ego Petrus Gomecii prior siue rector parrochialis ecclesie Beate Marie de Azambua Ulixbonensis diocesis <publicus et apostolica auctoritate notarius> quod predictae requisitioni et strumentorum presentationi et premissis omnibus aliis dum sic agerentur et fierent una cum prenominationis testibus rogavi et presens interfui eaque omnia et singula sic fieri uidi et audiui ideoque presens strumentum manu mea fideliter scripssy et in publicam formam reduxi. Et signo meo solito solito [sic] signaui in fidem et testimonium omnium singulorum premissorum. Ne dubium percurrat in linea ubi dicit publicus et apostolica auctoritate notarius quia ego predictus notarius correxi in fidem et testimonium veritatis.

(Sinal do notário).

[Na plica]

Gomecius.

[Com o selo pendente de cera vermelha, do Cabido de Lisboa, sede vacante]

[No verso]

Registado - xvj reaes. – Rodrigo Anes.

Pago__ xbj reaes. – Johanes Dominici.

Documento 2

1459 novembro, 20, Lisboa – *Pública-forma da composição feita entre o “Monte debitorum” da comuna de Florença e o rei D. João I, datada de 24 e 31 de outubro 1409, Florença, sobre um crédito de 20 mil florins de ouro.*

Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland - AA 0053 / Kleve-Mark, Urkunden AA 0053, Nr. 1013.

Acessível em linha: [https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf\[id\]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisate%2FAbt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01012%2Fmets.xml](https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf[id]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisate%2FAbt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01012%2Fmets.xml)

In nomine Domini, amem. Nouerint uniuersi presentis publici instrumenti seriem inspecturi quod anno a natiuitate Domini millesimo quadingentesimo quinquagesimo nono, super claustro sedis siue ecclesie maioris nobilis ciuitatis Ulixbonensis in domo habitacionais mei Petri Gomecii publici et auctoritate appostolica notarii testiumque infra scriptorum. Stante in eadem domo venerabili et discreto viro Ludovico Johannis canonico Ulixbonensi et vicario generali in spiritualibus et temporalibus reverendissimo episcopo patris et domini, domni Jacoby Dei et appostolice sedis gratia dyachoni cardinalis sancte Eustachii atque administratoris perpetui ecclesie et archiepiscopatus ciuitatis Ulixbonensis predictae, comparuit Fernandus Johannis scutifero et continuus familiaris illustrissimi principis domini Petri, gubernatoris ordinis millicie de Ausio tanquam procurator predicti domini principis prout in quodam aluareto procurationis in papiro scripto per manum Roderici Valasci, ipsius domini principis secretarii, signato nomine et signo soliti prefati domini principis, eiusque signeto secreto cera nigra impresso sigillato, non viciato non cancellato neque in aliqua sui parte suspecto sed omni prorsus vicio et suspicionem carente prout prima facie apparebat.

Et statim per dictum Fernandum Johannis expositum fuit predicto vicario et michi notario qualiter predictus dominus princeps sibi mandauerat ut transuntum

siue copiam quarumdam literarum, scilicet, donationis excellentissimi ac potentissimi et victoriosissimi principis et domini, domini quondam regis Johannis et excellentissime domine regine Philipe eius uxoris, et illustrissimi principis et domini iffantis Eduardi eorum primogeniti cum aliis duobus instrumentis composicionum siue tractuum inter ipsum dominum regem Johannem et ciues Florentinos, ab illustrissime sorore sua domina Philipa peteret. Et quia a predicta domina acceperat quod predictae littere de mandato suo erant in manu mei dicti notarii. Ideo me dictum notarium nomine dicti domini sui et tamquam procurator suus requirebat ut copia siue transuntum dictarum literarum, scilicet, donacionis et aliorum instrumentorum composicionum sibi darem requirens ipse Fernandus Johannis procurator nomine quo supra predictum vicarium ut auctoritatem ordinariam dictis transuntis interponeret. Et sub sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis et signo meo publico dictas scripturas siue dictos transuntos sibi dari mandaret.

Et statim per venerabilem virum Rodericum de Oliueira scutifferum predictae domine Philipe michi dicto notario fuit presentatum quodam instrumentum scriptum in pargameno auctum Florentie in camera armorum et loco solute audiencie, indicione terciie et die vigesimo quarto menssis octobris anno ab incarnatione Domini millesimo quadringentesimo nono, signatum et reddactum in publica forma et suscriptum per Johannem Boneti et per Antonium filium Ser Pieri ciues Florentinos imperialis auctoritate iudices ordinarii et notarii publicos, non viciatum, non cancellatum neque rasum aut in aliqua suarum parte suspectum sed omni prorsus vicio et suspicione carentem prout prima facie apparebat, cuius tenor de verbo ad verbum sequitur et est talis:

In Dei nomine, amem. Anno Domini ab eiusdem salutifera incarnatione millesimo quadringentesimo nono indicione terciia et die vigesimo quarto menssis octobris, auctum Florentie in camera armorum et loco solite audiencie interorum officialium sint in palatio residencie dominorum artium et vexelleri justicie populi et comunis Florentie presentibus testibus ad hec vocatis et rogatis, Jacobo Francisci Federigi, Piero Pauli Locti, Antonio Philipi Talensis et Pieroço Jacoby Corsini ciuibus florentinis et aliis, scilicet, uniuersis et singulis huius publici instrumenti seriem inspecturis pateat euidenter qualiter prudentes et circumspecti viri Nicholatis Marci Beneuenuti, Paulus Berti Carnesechi, Rodolfus Pauli Locti, Franciscus Francisci Meroci de la Luna et Jacobus Montis Pugii, ciues honorabiles florentini officiales diminucionis debitorum montium comunis Florentie una cum Schiata Uberti de Ridolfis eorum collegia absente in simul et in loco eorum solite audiencie more solito pro eorum officio exercendo colegialiter comamduti et congregati, aduertentes

ad quamdam noua reformatione et prouisionem populi et comunis Florencie nuper de dicto presenti mensse octobris in consiliis et per concilia opportuna audiencia populi et comunis solempniter edita et firmata de qua et prout constat manu prouidi viri Ser Viuiani Neri, notarii et scribe reformationum populi et comunis Florencie, in effectum disponentem per infrascripta verba et capitula quorum tenor infra describetur in omnibus et per omnia ut inferius sequidem legitur et habetur videlicet:

Quod hinc ad per totum menssem maii proxime future officiales officii diminucionum debitorum montium comunis Florentie et sue due partes eorum aliis etiam absentibus et inrequisitis aut contradicentibus uel remotis uel quodlibet impeditis possint simul uel separatim et semel et pluries pro dicto comuni et eius parte conuenire componere et pacisci et compositiones conuenciones et pacta cum effectum facere de et super omnibus et singulis de quibus infra scribitur cum serenissimo domino Johanne Dei gratia rege Portugaliae et seu quocumque uel quibuscumque habente uel habentibus mandatum ab eo videlicet:

Quod dictus dominus rex uel alius pro eo possit et sibi liceat infra tempus quatuor annorum a die ratificationis domini regis proxime futurorum emere de creditis dictorum montium tot credita quorum interesse et prouisio possit ascendere pro anno quolibet usque in sumam florenorum auri viginti milium de florenis de sigilo veteri florenorum florentinorum secundum effectum et rationem de quibus infra dicitur hoc addito quod officiales montis non teneantur recipere pro dictis a dicto domino rege ultra quimdecim milia florenos pro mense dicti temporis quatuor annorum. Et quod credita emanantur per officiales montis pro dicto et sub nomine dicti regis.

Item quod dicta credita que empta fuerint possint et debeant scribi simul uel diuisim sub nomine dicti domini regis. Et quod valeat apud se retinere quamdiu sibi placuerit uel dictos redditus dicte sume appropriare uni ex natis suis cuicumque voluerit uel eam diuidere inter eosdem et eisdem uel cuilibet eorum de dictis redditibus subcessionem uel substitutionem ordinare uel alteri de sua stirpe et sanguine cuicumque sibi placuisset nulla amplius a dicta comunitate nec ab officialibus petita licencia sed vigore istius.

Item quod quicquid expenderit pro dictis creditis uel quecumque et quocumque ex dictis creditis empta fuerint pro quocumque precio effectus sequatur et sit iste videlicet :

Quod pro quibuscumque florenis centum auri de boni et veris qui expendantur per dictum uel pro dicto rege scribantur in libris montium floreni centum triginta et non ultra sub nomine dicti domini regis et seu filii uel filiorum uel cuicumque sibi placuerit de sua stirpe et sanguine pro quibus habeat ad

ratione florenorum quimque auri pro quolibet centenario de scriptis pro anno quolibet videlicet pro quibuslibet centum triginta florenos descriptis florenos auri sex et dimidium alterius floreni pro anno et ad rationem anni et non ultra. Et residuum quod haberetur a uenditore sui crediti pro dictis centum florenis de bonis quo expenderentur sit ad utilitatem dicti comunis et exinde firmatur et liberetur ipsum comune libere. Et sic obseruetur realiter et bona fide et debeant dicti officiales et sic curent in contractu seu conuencionibus aponere quod in preciiis quibus credita ementur pro dicto domino rege taliter procedatur quod comune Florencie suam utilitatem consequatur et ipsa non fraudetur.

Item quod pro predictis creditis que ementur et scribentur sub nomine dicti domini regi set seu filiorum uel cuicumque de sua stirpe et sanguine non teneantur ipse dominus rex et seu filii nec obligati sint pro dictis emptionibus et scripturis de ipsis faciendis in libris montium ad aliquam grauedinem dicti comunis realem uel personalem nec possit nec debeat propterea imponi ullo tempore ipsi domino regi aut filiis aliqua prestancia per dictum comune uel eius officiales directe uel indirecte uel aliquo quesito colore. Et hoc obseruetur secundum rectam et bonam fidem et secundum sanum et rectum intellectum. Et in super quod pro predictis creditis aut eorum emptionibus uel fine et liberatione predictis aut pro eo quod scribentur sub nomine dicti domini regis et seu etiam filiorum uel cuicumque eorum non debeat per ipsum dominum regem uel eius filios uel alios predictos solui uel dari aliqua gabella grossa uel minuta dicto comuni uel suis officialibus.

Item quod interesse prouisio predictorum predictis creditis soluatur et detur et solui dari possit et debeat ad dictam rationem quicumque per centenario de scriptis et illis temporibus et terminis in quibus dictum comune soluit et soluet ciuibus florentinis sine aliqua gauilacione uel dilatione etiam si in aliquo casu occurrerent dictum comune ordinaret uel ordinasset seu stabiliret quod ciuibus florentinis aut forensibus differatur ad tempus solucio talis interesse in toto uel in partem. Ita quod in tali ordinamento uel stabilimento facto uel fiendo non includatur dictum interesse quinque pro centenario de scriptis debitis domino regi et seu filiis sed soluatur ut dictum est.

Item quod credita dicti domini regis set filiorum intelligantur esse et sint fortificata munita et roborata omnibus et singulis fortificationibus prohibicionibus securitatibus et cautelis quibus sunt munita fortificata et roborata credita dictorum montium debita ciuibus florentinis. Ita est quod pro aliquo malificio uel excessu aut alia causa aut alio quesito colore non possint in totum uel eam partem confiscari annullari remoueri uel tolli a dicto domino rege et seu eius filiis et successoribus uno uel pluris in totum uel in partem quoquo modo.

Item quod dictus dominus rex et eius filii in quod de dictis creditis scripta essent et eorum heredes et eorum procurator seu procuratores possint et eis liceat

huiusmodi credita et interesse et prouisionem permutare vendere et alienare in quemlibet ciuem florentinum et non in forensem omni tempore prout eis placuerit in totum uel in partem et simul et diuisim et cum interesse et sine tantum soluendo cum iuribus que habent seu haberent ipsi non obstantibus aliqua prohibicione uel reformacione facta uel que fieret in contrarium que predictis non habeat preiudicare. Hoc tamen declarato quod si comune Florencie uel officiales montis vellent emere de ipsis creditis pro illo precio quod reuera inueniretur a ciuibus florentinis debeant uendere comuni pro ipso eodem precio antequam alii ipsa credita et sic bona fide et realiter obseruetur.

Item quod pro parte dicti domini regis dentur maxime per Alfonssum Johannis eius procuratorem ad presens et numerentur dictis officialibus montis aut cui uis pro eorum officio uoluerint saltem infra sex dies a die facti contractus proxime futuros florenos xvij [millium] auri de sigilo florentino quos dicti officiales et eorum oficia possint retinere usque ad tempus quo veniet responsum a dicto domino rege de ratificatione uel non. Et in super etiam pro si a dicto domino rege ueniret uel miceretur pro predictis aliqua alia quantitas debeat dari officio officialium montium saltem usque in quadraginta milia florenos computata dicta quantitate florenorum decem et octo milium retinende ut supra et sic fieri debeat cum condicione predicta.

Item quod in contractu celebrando super predictis cum procurator domini regis possit poni in effectum quod expectetur ratificacio regis usque ad octo menssis post contractum immediate secuturos. Ita quod durantibus ipsis octo menssibus rex non intelligatur obligatus ad contenta in contractu sed ante ratificationem ipsius domini regis habeatur ac si contractus non esset factus. Ita tamen quod si uolet dictus dominus rex ratificare ratificet et ratificare possit infra ipsos octo menses et in eius arbitrio sit ratificare uel non. Et de ratificatione si fiat debeat infra ipsos ses mensses fieri noticia officio officialium diminucionis montium per literas regis cum bulla solempnes uel per instrumentum autenticum et solempne. Et quod si casus occurreret quod rex non ratificasset dictum contractum uel responssionem aliquam non dedisset in dictos octo mensses quod non propterea remaneat obligatus ad obseruandum contractum post dictum tempus nec etiam commune Florencie.

Item quod si dictus rex non ratificabit infra dictum tempus ut dictum est et notum fuerit officio dictorum officialium quod ipse dominus rex non uult ratificare ex tunc facta noticia ipsi officio per literas regias cum sigillo aut per instrumentum infra viginti dies exinde proxime secuturos quelibet quantitas florenorum data officio dictorum officialium uel alii pro eis de pecunia dicti domini regis debeat libere restitui ipsi domino regi aut eius procuratori siue solucone alicuius interesse uel gabelle et sine aliqua retencione. Hoc autem

declarato quod comune obligetur ad dictam restitutionem et faciant officiales quod tres bancherii etiam obligentur et si comune solvente comune teneatur soluere libere ut dictum est.

Item quod dicta dicta [sic] credita pro dicto domino rege ueri similiter ementur diuersis temporibus cum simul de facili haberi non possent. Et interesse incipiat in omni quantitati que emetur eadem die qua per creditorem vendentem permutata fuerit penes scribanos montium sub nomine dicti domini regis aut eius filii uel filiorum et sic procedat de tempore et in tempus initium dictis interesse sane et recte intelligendo. Et si pecunia pro parte regis daretur uel assignaretur officialibus et transiret tempus et non emeretur sub nomine regis pecunie et non diseratur ulterius.

Item quod dictus dominus rex seu eius procurator pro eo possit solummodo infra quatuor annos a die ratificationis domini regis proxime sequutorum quandocumque simul uel separatim emere de dictis creditis montium modo predicto usque in tantam quantitatem quod interesse secundum predictum possit ascendere et ascendat ad sumam florenorum viginti milium auri pro quolibet anno firmis statutibus scriptis et interius. Et quod in libero arbitrio sit maietatis domini regis et filiorum aut heredum uel successorum unius uel plurium ad quos seu ad quem ex voluntate dicti domini regis dicta pecunia montium peruenit qui omnis sint solummodo de eius stirpe et sanguine et non alii mutare renouare adere uel minuere atque etiam emendare circa condiciones et circumstantis contractus ipsius contractus substantia non mutata nec in aliquo preiudicando comuni Florentie nec alicui suo iuri.

Item quod dictus dominus rex et quicumque eius procurator possit super dictis creditis apponere condiciones tales quod non possint per filios uenderi alienari uel permutari uel alii concedi in totum uel in partem nisi prout et sicut in condicione uel condicionibus que apponerentur per ipsum dominum regem uel eius procuratores contineretur non tamen per hoc preiudicando in aliquo comuni Florentie uel alicui suo iuri.

Item quod in aliquo contractu seu comuentione uel pacto obligatione non possit poni uel contineri quod comune Florentie aut eius ciues uel subdicti et eorum bona obligentur ad restitutionem uere sortis que expedirentur per dictum dominum regem uel alium pro eo pro dictis creditis aut pro predictis uel aliquo predictorum quomo expresse dicatur quod ipsum comune uel eius bona non sint obligatum uel obligata nec aliquo modo teneantur ad restitutionem alicuius uere sortis pro predictis set solummodo ipsum comune teneatur pro solutione dicti interesse set quod liceat dicto domino regi et eius filiis uendere et alienare et in alium transferre ipsa credita cu interesse et sine in totum et in partem prout supra in alio capitulo scriptum est et cum limitationibus suprascriptis

etiam de personis filiorum et de sua stirpe et sanguine et non derogando in aliquo suprascriptis.

Item quod super et pro predictis et dependentibus et connexis officiales diminucionum montium et seu due partes eorum ut dictum est possint ut supra dicitur contrahere compnueniri et pacisci et pacta contractus et conuentiones predicto comuni cum dicto domino rege seu eius procuratorem ad hoc mandatum habente et propterea facere confici instrumentum et instrumenta unum et plures et cum capitulis pluribus et obligationibus et articulis oportunis. Ita quod de iure subsistant sequendo in effectur capitulorum suprascriptorum.

Item quod contractus pacta et conuentione que por predictis fient obseruentur et oberuari possint et debeant ad rectum et sanum intellectum et bona fide remotis fraudibus dolis alicuis et cauilacionibus quibuscumque.

Item quod non obstantibus suprascriptis interesse suprascriptorum decem milium florenos qui de proximo dari debent officiales montium non incipiat nisi post ratificatione que facta fuerit per dictum regem et post notificacionem que de ipsa ratificatione facte fuit officio officiales montium et non prius.

Item quod post notificacionem et ratificationem predictum possit per officium dictorum officialium montium innouari et seu de nouo fieri contractus quolibet pro predictis quomodolibet oportunis cum dicto domino rege uel eius procuratore non mutando tamen effectum supradictorum capitulorum. Eademque reformatione ac prouisione et mea contentis dispositis et ordinatis ibidem et in presenti et ante omnia de uerbo ad uerbum aperte et clare perlectis et expositis ad eorum necnon <et> ad alterius partis et integre plenam et claram intelligentiam omni opportuna dilligencia per eosdem officialle recte penssatis tandem uolentes per eandem reformationem placita prouisa et ordinata per ipsos officiales ut supra fieri possit in omnibus et per omnia secundum quod in ea disponitur effectui suoque debito fini ad quod intendunt et ordinata sunt admodo sine longiori more dispendio demandare protestacione tandem per eos premissa in principio medio et fine presentis huius contractus et interessi quod non intendunt nec volunt per hec uel aliqua integra se ipsos uel eorum herede aut bona suis propriis nominibus obligare set solummodo dicte comune Florentie et ipsius uniuersitatem et bona uigore et virtute potestatis auctoritatis et balie eis concesse et atribute per reformationem prefatam et contentis in ea eorumque officii vigore omnique meliori modo uia et iure quo et quibus magis et melius potuerunt premissa et facto inter eos solempni scrupitino et secreto ad fabas nigras et albas et obtento partito secundum ordinamenta dicti comunis necnon etiam una voce parique consensu et unanimi voluntate eorum nemine discrepante pro dicto comuni Florentie et ipsius comunis iure et nomine ex parte una et prefatus prouidus et circumspectus uir Alfonsus

Johannis numularius procurator ut dixit supradicti serenissimi domini domini Johannis Dei gratia regis Portugalie et Algarbii ut constare uidi ego Johannes iudex ordinarius et notarius interus in publicis et patentibus eiusdem domini regis licteris et mandatis ipsius procuratoris ipsiusque domini regis bulla plumbea infra pendenti ad cordulam de serico munimine roboratis sub datis anno Cesaris secundum morem et computacionem dicti domini regis millesimo III^o quadragesimo septimo die vero vigesimo quinto maii a me ipso notario uisa et lecta audita et intellecta reformatione et prouisione prefata et omnibus et singulis in ea contentis et de ipsa et omnibus supradictis in ea contentis sed plenam asserens habere noticiam acceptando pro dicto domino rege in ea disposita prouisi et ordinatis sub condicione tandem prout in ea continetur ex certa sciencia omniue modo uia iure quo et quibus magis et melius potuit procuratore nomine dicti domini regis necnon uice et nomine ipsius regis eiusque successorum filiorum atque descendencium omniumque et singulorum de sua stirpe et sanguine quorum posset uel poterit quomodolibet interesse et pro eo et eis et quolibet modo et nomine in solidum ex parte alia deum post longas praticas et tractatus super predictis perhabiti de et super omnibus et singulis de quibus supra et in dictis reformatis scriptis est in compossicionem concordiam et conuencionem eorum omnium et singulorum supra in dicta reformatione contentorum et descriptorum in omnibus et per omnia cum modificationibus prouisionibus reseruatis conditionibus suspensionibus modis et foris ad plenum prout eisdem officialibus facere concessum est et superius et in dicta reformatione legitur et habetur inuicem et uicisim deuenerunt sicque et taliter et prout in dicta reformatione supra continetur prefati officiale dicti modis et nominibus ex parte una et dictus Alfonsus modis et nominibus quibus supra et quolibet eorum ex alia supradicta pacta conuenciones et concordia eisdem officialibus ut supra posse facere cum dicto domino rege uel quouis alio ab eo mandatum habente omniaque et singula in dicta reformatione descripta et contenta cum modificacionibus prouisionibus reseruacionibus condicionibus suspensionibus modis et formis in eis insertis et adiectis et in omnibus et per omnia prout sicut et que admodum in eadem reformatione disponitur et prouidetur de et super omnibus et singulis de quibus supra in eis scribitur adinuicem et uicisim inierunt contraxerunt firmauerunt pepigerunt atque stabilierunt per pactumque etiam et conuencionem inuicem et uicisim inter ipsas partes modis et nominibus quibus supra et quolibet eorum initum et firmatum solepniter et ualida stipulacione roborauerunt ita quod sano et recto intellectu et bona fide remotis omnibus fraudibus dolis maliciis et gaulacionibus quibuscumque ut in dicta reformatione disponitur et continetur predicta omnia et singula obseruentur et obseruari debeant

cum effectu. Promictentes in super atque conuenientes dicte partes inuice et uicissim una alteri et equo modis et nominibus quibus supra et quolibet eorum solempniter super huic inde interuenientis omnia et singula supradicta pacta conuenciones composiciones atque concordias et omnia et singula facta et in dicta reformatione ac prouisione contentis in omnibus et per omnia prout sicut et quemadmodum supra in eadem reformatione continetur iuxta eorum omnium et singulorum rectum purum ac sanum intellectum sibi inuicem et uicissimi modis et nomibus quibus supra exequy obseruare actendere et adimplere ad plenum et cum effectu bona fide remotisque dolis fraudibus maliciis versuciis et gauillacionibus quibuscumque predictaque omnia et singula firmata et rata habere et tenere et contra non facere uel uenire quomodolibet sub integra etiam refectione dampnorum expensarum ac interesse litis et extra pro quibus omnibus et singulis supradictis obseruandis et firmis et ratis habendis atque tenendis prefati officiales modis et nomibus quibus supra obligauerunt dicto Alfonso procuratori predicto modis et nominibus quibus supra et quolibet eorum recipientis estipere dictum comune Florentie et ipsius comunitatibus uniuersitate et bona presentia et futura et uersa uice idem Alfonssus procurator modis et nomibus supra et quolibet eorum obligauit eisdem officialibus ut supra nomine dicti comunis Florentie et pro eo recipere et estipere dictum dominum regem et ipius successores regnum et bona omniaa et singula presencia et futura renunptiatis in predictis dicte partes et quelibet earum modis et nomibus quibus supra et quolibet eorum exceptis doli mali infactum actioni conditioni sint causa et ex iniusta causa exceptionique etiam contractus non sit celebrati et omnium predictorum non sic gestorum et omni alio beneficio auxilio et fauori pro eisdem partibus uel aliqua earum modis et nominibus antedictis uel aliquo eorum quomodolibet facienti et legi dicenti generalem renumptiacione non valere. Quibus quidem officialibus dictoque procuratori modis et nominibus supra presentibuss et predicta omnia et singula suprascripta sic uolentibuss et confitentibus precepi ego Johanes iudex ordinarius et notarius interus pregnaris nomine juris prout mihi licuit ex forma capituli constitutionis ciuitatis Florentie, De guar., disponentis quatinus predicta omnia et singula supra per eos facta et promissa adtendant faciant et obseruent in omnibus et per omnia prout superius promiserunt continetur et scriptum est.

Ego Johannes Bonauici ciuis florentinis imperiali auctoritate iudex ordinarius et notarius publicus predictis omnibus et singulis dum sic per prefatos officiales et dominum Alfonssum agarentur et fierent interfui et notarius et scriba tunc dictorum officialium ea rogatus rogauit et abreuiaui et aliis meis negociis occupatus complenda et plubicanda comisi iterum Ser Antonio seripieri ideoque me subscripsy et solitum mei signum apposui.

Ego Antonius filius Ser Pieri, Ser Bectini ciuis florentinus imperialis auctoritate notarius iudex ordinarius et notarius publicus predicta omnia et singula in presenti et alio precedenti pecio cartarum de membranum insimul subtarum et in eorum subturis binis uirgulis signatarum ex libro in breuiaturarum dicti Ser Johani sumpssi scripsy et exemplau i vigore comissionis predictae per dictum Ser Johanem in me facte eoque me subscripsy et meo solito signo signaui.

In Dei nomine, amem. Anno Domini ab eius incarnatione millesimo quadringentesimo decimo indicione tertia die vigesimo tercio menssis junii auctum Florentie in palacio populi florentini residence dominorum priorum artium et uexiliferi iusticie populi et comunis Florentie in loco solite residence officialis diminucionum montium comunis Florentie presentibus testibus ad hec vocatis habitis et rogatis. Egregio legum doctore domino Torello domini Nicholay de Torelis de Prato iudice aduocato florentino, Piero Pauli locci populi Sancti Jacopo ultra Armiz de Florentie, et Guccio Andree de Somaria populi Sancti Pancracii de Florentia et aliis subscriptis. Certum est qualiter da anno proxime preterito millesimo quadringentesimo nono indicione tertia et mensse octobris proxime preterito inter tunc officiales diminucionis montis debitorum comunis Florentie pro et uice et nomine dicti comunis Florentie ex una parte. Et prouidum et circumspectum virum Alfonsum Johannis procuratorem serenissimi domini, domini Johannis Dei gratia regis Portugalie et Algarbii ex parte alia vigore et uirtute cuiusdam reformationis et prouisionis populi et comunis Florentie de dicto anno proxime preterito et mensse octobris proxime preterito in consiliis et per concilia opportuna populi et comunis Florentie solempniter edite et firmate circa quam plura capitula et pacta tunc fienda et celebranda inter dictum comune Florentie ex parte una et dictum regem Portugalie et seu eius procurator ex parte alia de qua et prout latius constare dicitur manu prouidi uiri Ser Viuiani Nerii notarius florentinus ac notarius et scriba dictarum reformationum populi et comunis Florentie firmauerunt pepigerunt atque stabilierunt inuicem et inuissim modi set nomibus quibus supra solempni et ualida stipulacione roborauerunt ut in dictis reformationibus continetur cum pacto et indicione inter cetera. Quod dictus dominus rex si uellet posset infra octo menses retificare secundum contractum capitulum compositis et pactis predicta et in eius arbitrio foret ratificare uel non prout latius constat manu mei Johannis notarii iterum.

Ac etiam certum esse dicitur qualiter post de anno presenti et die primo mensis aprilis proxime preteritis dictus serenissimus dominus dominus Johannes rex Portugalie constituit suum procuratorem dictum Alfonsum Johannis inter cetera ad ratificandum dictum contractum et pacta predicta ut constare dicitur

per literas ipsius domini regis et eius bulla plumbea sigillatis subdatis die primi mensis aprilis proxime preterite. Unde hodie hac presenti scripta die vigesima tertia mensis junii supradictus dominus Alfonsus procurator et procuratorio nomine dicti domini regis et uigore dicti sui mandati et omni predictorum constituit in presencia prudentorum virorum Johannis Francisci de Alchaccio, Cronavii Francisci de Baroncellis, Lapi Blaxii, Vespuccii Juliani, Tomasii Gucci et Nicholay Pauli Beati cuius florentinorum officialium diminucionum montis comunis Florentie audita et intellecta reformationis predictis et omnibus predictis et de ipsis omnibus et singulis et in eis contentis plena asserens habere noticiam subscriptum contractum pacta compositiones et capitula de quibus supra fit mencio et omnia predicta ratificauit aprobauit et emologauit. Et ipsa ratificationem approbationem et emologacionem et omnia predicta eisdem officialibus presentibus audientibus et intelligentibus ad maiorem cautelam notificauit intimaui et ad memoria reduxit rogans me Johanem notarium interum, ut de predictis publicum conficiam interum.

Ego Johannes Bonauiti cuius Florentie imperiali auctoritate iudex ordinarius et notarius publicus predictis omnibus et singulis supra proxime in dicta ratificatione contentis dum sic agebantur interfui et ea rogatus rogavi et imbreuiaui. Et aliis occupatis ea omnia complenda et publicanda comisi strumento. Iterum Ser Antonio, Ser Pieri imoque me subscripsy et solitum michi signum apposui.

Ego Antonius filius Ser Pieri, Ser Bettini cuius florentiniis imperiali auctoritate iudex ordinarius et notarius publicus predicta omnia et singula supra proxime in dicta ratificatione contentis ex libro inbreuiaturarum dicti Ser Johannis sumpsy scripsy exemplavi et publicaui vigore commissis per dictum Ser Johannis in me factis ideoque me subscripsy et meo solito signo signauy.

Post cuius quidem stramenti presentationem per predictum Rodericum de Oliueira coram me dicto notario facta fui per predictum Fernandum Johannis procuratorem supra nominatum debita cum instancia requisitos quatinus transunto siue copiam dicti instrumenti sub signo meo publico et signo dicti vicarii et sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis sibi darem. Idem vero vicarius antedictus auctoritatem suam dicte copie siue transunto interponens de quo sibi instrumentum publicum in publica forma sub signo suo solito et sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis dari mandauit. Testes autem qui presentes fuerunt Johannes Martini portionarius ecclesie Sancte Marie de Maruilla ville Sanctarenensis. Et Valascus Laurentii scutiffer habitante in dicta uilla Sanctarenensis. Et Fernandus Suillus et Johannes Lupy, familiares mei dicti notarii. Et plurimi alii ibi existentes. Et quia predictum instrumentum non fuit

expeditum de sigillo ante obitum predicti reuerendissimi domini cardinalis ideo de mandatorio venerabilis viri domini Alfonssy Johannis cantoris et canonici ipsius ecclesie Ulixbonensis et vicarii generalis in spiritualibus et temporalibus sede vacante transiuit sub sigillo ipsius sedis vacantis vigesima die menssis nouembris predicti anni et c^a.

(Assin.) Ludouicus Johanis.

Et ego Petrus Gomecii prior siue rector parrochialis ecclesie Beate Marie de Azambuia Ulixbonensis diocesis <publicus et apostolica auctoritate notarius> que predictae requissicioni et instrumentorum presentacioni et predictis omnibus aliis dum sic agerentur et fierent una cum prenominationis testibus rogatus rogavi et presens interfui eaque omnia et singula sic fieri uidi et audiui. Ideoque presens instrumentum manu mea fideliter scripssi et in publicam formam reduxi et signo meo solito signarii in fidem et testimonium omnium singulorum premissorum. Ne dubium percurrat in linea ubi dicit publicus et apostolica auctoritate notarius quia ego predictus notarius correxi in fidem et testimonium veritatis.

(Sinal do notário).

[Na plica]

Gomecius.

[No verso]

Registado, xvj reaes. Rodrigo Anes.

Pago__ xvj reaes. Johanes Gunsalui.

Secunda.

[Com o selo pendente de cera vermelha, do Cabido da Sé de Lisboa, sede vacante].

Documento 3

1459, s. m., s. d. [novembro, 20], Lisboa – *Pública-forma da carta de doação, feita pelo rei D. João I, rainha D. Filipa e infante herdeiro, D. Duarte, ao infante D. Pedro, em 15 de junho de 1414, Sintra, de todo o dinheiro que tinham no “Monte” da comuna de Florença.*

Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland - AA 0053 / Kleve-Mark, Urkunden AA 0053, Nr. 1097.

Acessível em linha: [https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf\[id\]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisat%2Fabt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01097%2Fmets.xml](https://dfg-viewer.de/show/?tx_dlf[id]=https%3A%2F%2Fwww.landesarchiv-nrw.de%2Fdigitalisat%2Fabt_Rheinland%2FAA_0053_Kleve_Mark%2F%7E010%2F01097%2Fmets.xml)

Obs.: Não apresenta mês e dia em que o traslado foi concluído, mas deve ser a mesma data das duas públicas-formas anteriores.

In nomine Domini, amem. Nouerint uniuersi presentis publici instrumenti seriem inspecturi quod anno a natiuitate Domini nostri Ihesu Christi millesimo quadringentesimo nono super claustro sedis siue ecclesie maioris nobilis ciuitatis Ulixbonensis in domo habitationis mei Petri Gomecii publici et apostolica auctoritate apostolica notarii testiumque infrascriptorum in presencia venerabilis et discreti viri Ludouici Johannis scolaris in iure canonico et canonici Ulixbonencii necnon vicarii generalis in spiritualibus et temporalibus reuerendissimi in Christo patris et domino, domini Jacoby Dei et apostolice sedis gratia dyachony cardinalis sancti Eustachii atque administratoris perpetui ecclesie et archiepiscopatus ciuitatis Ulixbonensis predictae comparuit Fernandus Johannis scutifer et continuus familiariss illustrissimi principis domini Petri gubernatoris ordinis milicie de Auisio tamquam procurator predicti domini principis prout inquodam aluareto procurationis in papiro scripto per manum Roderici Ualasci ipsius domini principis secretarii signato nomine et signo solitis eiusque signeto secreto cera nigra impresso non uiciato non cancellato neque in aliqua sui parte suspecto sed omni prorsus uicio et suspicionem carente prout prima facie apparebat. Et statim per dictum Fernandum Johannis expositum fuit predicto vicario et michi dicto notario qualiter predictus dominus princeps sibi mandauerat ut transsumtum siue copiam quarumdam literarum scilicet donacionis excellentissimi ac potentissimi et uictoriosissimi principis et domini domini Johannis quondam regis Portugalie, et excellentissime domine regine Philipe eius uxoris, et illustrissimi principis et domini ifantis Eduardi eorum primogeniti cum aliis duobus instrumentis compositionum siue tractum inter ipsum dominum regem Johannem et ciues florentinos ab illustrissima sorore sua domina Philipa peteret. Et quia a predicta domina acceperat quod predictae litere de mandato suo erant in manu mei dicti notarii. Ideo me dictum notarium nomine dicti domini sui requisiiuit et tamquam procurator suus ut copiam siue tansumtum dictorum literarum, scilicet, donacionis et aliorum instrumentorum compositionum sibi darem requirens ipse Fernandus Johannis procurator nomine quo supra predictum vicarium auctoritatem ordinariam dictis instrumentis interponeret. Et sub sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis et signo meo publico dictas scripturas siue dictos transuntos sibi dari mandaret.

Et statim per venerabilem virum Rodericum de Oliueira scutiferum predictae domine Philipe michi dicto notario fuit presentatum quodam instrumentum scriptum in pargameno datum et auctum Sintrie in palatio solite reidencie predicti domini regis decimo quinto die mensis iunii anno Cesaris secundum regni Portugalie cursum millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo quod est anno a natiuitate Domini millesimo quadringentesimo quartodecimo signatum nomibus predicti domini regis regine eius uxoris et ifantis eorum

primogeniti. Subscriptum manum Antonii Martini canonici Ulixbonensi predicti domini regis secretarii eiusque regia auctoritate publici in regnis suis notarii et signo suo publico signatum sigillatum sigillis predictorum dominorum, scilicet, regis, regine et infantis cera rubea alba circulatis prenentibus in cordulis siue filiis sericis nigri et albi coloris non viciatum non cancellatum non rasum nec in aliqua sui parte suspectum set omni prorsus uicio et suspicione carentes prout prima facie apparebat, cuius tenor de uerbo ad uerbum sequitur et est talis:

Johanes Dei gratia Portugalie et Algarbii rex. Uniuerssis et singulis presentes nostras literas siue hoc publicum instrumentum inspecturis notum facimus quod nos una cum Philipa regina uxore mea et infante Eduardo amantissimo primogenito nostro presentialiter constitutus atendente set considerantes qualiter dillectissimus filius infans Petrus etiam presencialiter constitutus emmancipatus et in tali etate et dispositione existit quod iuxta sui generis claritatem necesse habeat concedentem statum tenere et gubernare. Ideo nos rex memoratus de regine et infantis primogeniti nostri predictorum consensu uolentes uobis infanti Petro prefato et statui uestro prouidere ac gratia facere singularem motu proprio certa scientia et libera uoluntate et potestate absoluta donamus et concedimus ac facimus liberam et puram ac irreuocabilem donacionem inter uiuos ab hac die im perpetuum omnium et singularim pecuniarum sub quocumque numero et in quacumque quantitate seu suma existentium per nos seu nomine nostro in monte diminucionis debitorum comunis Florencie positarum necnon omnium comodituum reddituum et prouentuum ac interesse occasione earumdem pecuniarum nobis hactenus debitorum et debendorum pro quibusquidem pecuniis prefatum commune ad nobis dandum et soluendum annuatim comodate reddictus et prouentus et interesse⁵³ predictos nobis extitit efficaciter obligatum prout in publicis instrumentis exinde confectis plenius continetur.

Quas quidem pecunias et earum comoditates reddictus et prouentus ac interesse huiusmodi uobis infanti Petro memorato pro uobis et heredibus uestris donamus et concedimus cum pottate ea donandi vendendi cambiendi legandi et cuicumque seu quibuscumque ipsas pecunias seu earum parte dimictendi et de ipsis tamquam de rebus propriis faciendi et ordinandi et de ipsis diponendi iuxta uestre arbitrium et beneplacita uoluntatis. Et per has nostras patentes literas seu publicum instrumentum uobis dimictimus et renunciamus omne dominium potestatem ius et proprietatem et possessionem que nos in pecuniis et earum comoditatibus reddictibus prouentibus et interesse prefatis tam debitis quam debendis habemus et de iure habere possumus.

⁵³ No documento: interesse.

Quamquidem donacionem sic ut prefertur per nos factam teneri et obseruari irreuocabiliter uolumus non obstantibus iuribus canonicis et ciuilibus legibus ac constitutionibus et statutis et consuetudinibus tam predecessorum nostrorum quam nostris et quorum tumque doctorum oppinionibus ac aliis in contrarium facientibus quibuscumque que presentem nostram donacionem in toto uel in parte impediant uel impedire ualeant aut possint etiam si talia sint quod de ipsis seu eorum aliquo in presenti donatione plena et expressa ac de uerbo ad uerbum mencio fieri debeat que hic habemus pro expreis et specificis declaratis. Ipsaque iura leges statuta consuetudines et oppiniones huiusmodi que hanc donationem infringere perturbare seu uiolare quomodolibet possent ex nostris motu proprio certa scientia libera uoluntate et potestate absoluta prefatis reuocamus cassamus et annullamus cum ea et eorum quemlibet in donatione huiusmodi nulum uolumus habere locum neque sibi quomodolibet in parte uel in totum nocere derogare seu preiudicare posse sed donationem sepedictam firmam stabilem ac ualituram perpetuo forme et esse tenere et remanere. Quamquidem donationem si opus est de ipsa libera et plena potestate insinuamus et proinsinuata habemus et haberi uolumus per presentes nos in super Johannes rex et Philipa regina et infans Eduardus primogenitus memorati in nostra regali fide pro nobis et successoribus nostris et heredibus promittimus hanc donationem in parte aut in toto non infringere nec uiolare sed ipsa integre et perfecte ac inuiolabiliter tenere et seruare et quicumque successor noster aut heres antedictam donacionem irreuocabiliter seruauerit et non contrauerit omnipotentis Dei et nostram habeat benedictionem.

Quarum pecuniarum scripturas inter nos et comune memoratus confectus uobis infanti Petro antedicto in manibus uestris damus donamus et assignamus et per eas uos in dominium proprietatem ius et possessionem corporallem reallem et auctuallem pecuniarum comoditatum reddituum prouentuum et interesse predictorum inducimus et inuestimus et quod etiam per uos aut procuratorem seu procuratores et nuncios speciales uestros in monte diminucionis comunis possessionem pecuniarum comoditatum reddituum prouentuum et interesse predictorum recipere ualeatis et possitis sic et prout nos ea hactenus habuimus et melius plenius et perfectius si habere ea potueritis et valuerit rogant magnificos et honorabiles uiros priores artium et uexiliferum iustitie populi et communis Florencie ac oficiales diminucionum montis prefatorum quod uos infantem Petrum memoratum de dominium et proprietatem ius et possessionem pecuniarum comoditatum reddituum prouentuum et interesse predictorum recipiant et adictant uobisque seu procuratoria ut procuratoribus uestris plene ac perfecte respondeant et cum ipsis faciant responderi.

In quorum omnium et singulorum testimonium presentes nostras literas seu hoc publicum instrumentum seu plura publica instrumenta nostra et regine ac infantis Eduardi primogeniti predictorum manibus subscripta sigillisque nostris munitis per infrascriptum publicum notarium nostrum uobis dari mandamus. Datum et actum Sintrie in palatio nostro decimo quinto die menis junii, anno Cesaris secundum regnorum nostrorum cursum millesimo quadringentesimo quinquagesimo secundo quod est anno a natiuitate Domini millesimo CCCC^o quartodecimo.

Presentibus ibidem nobilibus uiris Didaco Borges et Roderico Gomecii de Silua et Petro Nuni de Ataide testibus ad premissa uocatis specialiter et rogati.

Sequitur subscriptio.

Et ego Antonius Martini canonicus Ulixbonensis predicti domini regis secretarius ipsiusque et eius regia auctoritate publicus notarius quia prefatis donacioni concessioni scripturarum predictorum assignacioni et possessionis predictae indutioni ac omnibus aliis et singulis suprascriptis dum sic ut permictatur per dominos reginam et infantem primogenitum supra scriptos fierent et agerentur unacum prenominationis testibus presens interfui eaque sic fieri uidi et audiui ideo hoc presens publicum instrumentum per alium fideliter scriptum me aliis occupato negociis confeci subscripsi et hanc publicam formam redege signoque et nomine meo solitis signaui rogatus et requisitos in fidem et testimonium omnium singulorum premissorum.

Post cuiusquidem instrumenti presentacionem per predictum Rodericum de Oliueira coram me dicto notario factam fui per predictum Fernandum Johannis supramemoratum debita cum instancia requisitos quatinus transuntum siue copiam dicti instrumenti donationis sub signo meo publico et signo dicti uicarii et sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis sibi darem. Idem uero vicario antedictus auctoritatem suam dicte copie siue instrumento interposuit de quo sibi instrumentum publicum in publica forma sub signo suo solito et sigilo predicti reuerendissimi domini cardinalis dari mandauit. Presentibus ibidem Johanne Martini portionario ecclesie Sancte Marie de Maruilla ville Sanctarenensi. Et Valasco Laurentii scutifero habitante in dicta uilla Sanctarenensis. Et Fernando Suilo et Johanne Lupi familiaris mei dicti notarii, testibus ad premissa uocatis specialiter et rogatis.

Et quia predictum instrumentum non fuit sigilatum ante obitum predicti reuerendissimi cardinalis ideo de mandato uenerabilis viri domini Alfonsi Johannis cantoris et canonici ipsius ecclesie Ulixbonensis et uicarii generalis in spiritualibus et temporalibus sede vacante transiuit sub sigilo ipsius sedis uacantis vigesima die menssis nouembris predicti anni.

(Ass.) Luduicicus Johanis.

Et ego Petrus Gomecii prior siue rector parrochialis ecclesie Beate Marie de Azambuia Ulixbonensis diocesis et auctoritate apostolica publicus notarius qui predictae requisicioni et instrumentorum requisicioni et predictis omnibus aliis dum sicut premictetur agerentur et fierent una cum prenomatis testibus rogatus rogavi et presens interfui eaque omnia et singula sic fieri uidi et audiui ideoque hoc presens publicum instrumentum manu mea fideliter scripsy et in publicam formam redegí et signo et nomine meis solitis et consuetis signavi rogatus et requisitos in fidem et testimonium omnium singulorum premissorum.

(Sinal do notário).

[Na plica]

Gomecius.

[Com o selo pendente de cera vermelha do cabido de Lisboa sede vacante].

[No verso]

Pago__ xvj reaes. Johanis Gunsalui.

Registado, xvj reaes. Rodrigo Anes.

Documento 4

1510 abril, 15, Castelo de Enghien (Soignies, Hainault, Bélgica) – *Filipe de Cleves, “duque de Coimbra”, nomeia representantes para tomarem posse do ducado de Coimbra e do “condado” de Montemor, que lhe couberam pela morte de D. João de Portugal.*

Landesarchiv NRW Abteilung Rheinland - AA 0611 / Ravenstein, Urkunden AA 0611, Nr. 62.

Descrição documental em linha: https://www.archive.nrw.de/archivsuche?link=VERZEICHUNGSEINHEIT-Vz_832627f9-654a-4587-a36f-9cb5c4a079be

Obs.: documento delido nalgumas partes, dificultando a leitura.

Philippus dux Colimbrie, Dux in Clevis, Comes in Marca, de Ravestam, de Angia, de Vbymendale, de Oxensschere et dominum. Vniueris presentes litteras lectures, salutem et dilectionem. Notum facimus ex cum per decessum pie memorie serenissimi principis Johannis Portugalie et Algharbii regis, domini et consanguini nostri colendissimi nuper defuncti, ducatus Colimbrie, comitatus et dominum Montismaioris cum omnibus appetentibus et dependentibus in dicto regno Portugalium sita. Etiam nonnulla alia dominia vilae et loca extra dictum regnum, nobis succesorio et hereditario jure obuenerint quibus dictum comitatum dominis castris territoriis et villis pro debito nostro officio congenit de salubri

regimine et gubernaculis tam iustitis quam pollicis oportune promissum Dei igitur plene confidentes fidelitati sapientie et prudentie nobilium virorum carissimorum nostrorum Georgii de Thesire ecclesie collegiate Caseletensis prepositi et Anthonii de Exegny militis domini de Stybonal comissimus et ordinamus et per has presentes comictimmus et ordinamus ut et quemlibet eorum comunitim et diuisim seu aliquo fortuito casu infrascripta mandata nostra simul gerere curare et exequi non soalerent concedendo et tribuendo ipsis et cuiuslibet eorum auctoritate potestatem et mandatum specialem nostro nomine ut dux Colimbri comes et dominus Montimaiores et eorum pertinenciarum se transferre et comparere apud omnes et singulas ciuitates urbes opida castra portus villas et territoria dictorum nostrorum dominorum. Et eorundem capere possessionem. Et illic prestare et facere in anima nostra iuramentum quod duces Colimbri et domini Montismaiores tenent et consueuerunt facere in adoptione dictorum dominorum, ipsis ciuitatibus urbibus opidis vassallis et subdicis recipere etiam a dictis ciuitatibus opidis territoriis vassallis et iudicis iuramentum fidelitatis quod de jure tenentur et consueuerunt facere principibus et ducibus Colimbrie et dominis Montismaiores etc. In super constituendi ordinandi mutandi et continuando in dictis ciuitatibus opidis castris villis portibus et locis quibuscumque iudices ordinarios pedanios legislatores justiciarios officarios tabelliones collectores seu receptores vectigalium theoloniorum ri...torum (?) et aliorum quorumcumque iurium pertinentium dictis dominis capitaneis et custodes castrorum portuum et quoscumque administratores justicie et pollicie secundum iura et consuetudines dictorum dominorum audire rationes corrigere emendare et reformare quicquid utilitati publice notum inuenerint iuxta juris et rationis ordinem obseruatis privilegis statutis et consuetudinibus stilo et moribus patrie. Ordinandi etiam et procedendi canonice de quibuscumque dignitatibus beneficiis officiis et seruicis ecclesiasticis rite vacantibus. Comitendo etiam et instituendi locum euentem unum vel plures ecclesiasticos vel seculares qui per nostram absenciam aut donec alis de dictis dignitatibus beneficiis officiis seruientis et administrationis quibuscumque tam ecclesiasticis quam secularibus ut nos sture fuerit promissum et ordinatum. Promittentes sub fide et iuramento nostro perpetuo habere rata ... ta (?) firma et stabilia omnia et quecumque de istos nostros locotenentes legatos nuncios et procuratores generales et speciales vel alterum eorum in omnibus et quibuscumque istis nostris negociis et mandatis. Acta facta decreta ordinata gesta et disposita forent. Etiam si regni rexerit pro eorum firmitate mandatum magis speciale et ut ea omnia per nos coram et in persona. Acta facta decreta et disposita fuissent. In quorum fidem testimonium et corroboracionibus perpetuum duximus ista nostra manuali signo ei appensione sigilli nostri munenda. Datum in castro nostro Angie, decima quinta die aprilis, anno millesimo quingentesimo decimo.

(Ass.) Phe[lipus].